

PRIORITÉ À L'ÉGALITÉ
GENDER AT THE
CENTRE

AS NORMAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS: UM ESTUDO EM OITO PAÍSES DA ÁFRICA SUBSAARIANA

**INICIATIVA DE PRIORIDADE AO GÉNERO,
DOCUMENTO DE POLÍTICA | ABRIL DE 2022**

AGRADECIMENTOS

Esta publicação é apoiada pela Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Raparigas (UNGEI), coordenadora da Iniciativa de Prioridade ao Género (GCI).

Este documento tem pesquisa e redação de Gloria Diamond. A sua publicação beneficiou do conhecimento e orientação de Sujata Bordoloi, Antara Ganguli, Eline Versluys e Kelly Yotebieng. O Grupo de Referência da GCI ofereceu uma visão inestimável e comentários detalhados que muito contribuíram para esta publicação. Em particular, o nosso agradecimento a: Houraye Mamadou Anne, Rita Bissoonauth, Margherita Boccalatte, Fabricia Devignes, Woppa Diallo, Cecile Giraud, Shreyasi Jha, Khadijah Sidibe, e as jovens ativistas feministas Maryjacob Okwuosa e Ezihe Ozichukwu.

Este documento foi concebido e formatado por Daniel Pomlett at The Space Room, traduzido por Nathalie Montagu e Inês Cunha Jorge, e editado por Julia Stewart.

Published by:

Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Raparigas
3 United Nations Plaza
New York, NY 10017
www.ungei.org
© Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Raparigas
Abril de 2022

Sugestão de citação:

Diamond, G. (2022). As normas sociais e a educação das raparigas: Um estudo em oito países da África Subsaariana Documento de Política da GCI. Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Raparigas (UNGEI), Nova Iorque.

INTRODUÇÃO

As normas sociais que reforçam os preconceitos de género têm uma enorme presença a nível global e são profundamente interiorizadas desde a mais tenra idade. As normas sociais podem ser definidas como ideais que criam expectativas partilhadas e ditam regras informais que influenciam a forma como as pessoas se devem comportar. As normas são reforçadas pelas comunidades, uma vez que aqueles que aderem a essas normas são recompensados com a aprovação social e boa reputação e os que vão contra elas são ostracizados e punidos. As normas de género são um subconjunto de normas sociais que se relacionam especificamente com as diferenças de género, reforçando a desigualdade sistémica que mina os direitos das mulheres e das raparigas e restringe as oportunidades para as pessoas de todos os géneros expressarem o seu eu autêntico. Como tal, as normas de género também refletem e contribuem para as desigualdades de género na distribuição do poder e dos recursos (UNICEF e UNFPA, 2020; Marcus e Harper, 2015).

As normas sociais e de género restritivas alimentam os preconceitos em torno da importância da educação das raparigas e influenciam os investimentos e o apoio à sua educação, tanto ao nível das famílias como das comunidades (UNESCO e UN Women, 2016; Marcus e Harper, 2015). A nível local e nacional, as normas desiguais de género cruzam-se com normas ligadas a instituições sociais e económicas, incluindo religião, casamento, emprego e meios de subsistência, influenciando negativamente os resultados em torno da educação das raparigas e da igualdade de género. Estas normas podem ser exacerbadas por situações de pobreza, conflitos, insegurança, por oportunidades económicas e qualidade da educação e pelas alterações climáticas, resultando em barreiras persistentes ao acesso, participação e realização das raparigas ao nível da educação e da igualdade de género (Yotebieng, 2021). Como microcosmos de uma sociedade mais ampla, as escolas são espaços onde se jogam papéis de género e dinâmicas de poder enraizadas, que se podem manifestar em várias formas de discriminação e violência baseadas no género.

Uma educação transformativa de género, de qualidade, tem o potencial de abordar normas de género prejudiciais e desequilíbrios de poder. A educação transformativa de género vai além do acesso à educação para raparigas e mulheres, alavancando todo o sistema educativo para transformar normas e estereótipos nocivos. Desafia as dinâmicas de poder e capacita os intervenientes a nutrirem um ambiente de justiça de género. No contexto da educação transformativa de género, o ambiente escolar pode ser um espaço para alunos, professores, líderes escolares, pais e comunidades para desafiar as desigualdades de género e promover normas e práticas positivas (UNICEF et al., 2021). Portanto, para colmatar as lacunas existentes na educação - incluindo no contexto da pandemia de Covid-19 - e desbloquear o potencial transformativo de género na educação, há uma necessidade urgente de compreender melhor as complexas normas sociais que limitam o acesso, participação e realização das raparigas na educação, e as razões para a sua persistência.

Esta foi a lógica subjacente ao estudo documental sobre normas sociais e educação das raparigas em oito países da África Ocidental e Central, encomendado pela Iniciativa de Prioridade ao Género (GCI) (ver Caixa 1).¹ O estudo analisa a literatura existente sobre normas sociais de género, os valores subjacentes que as mantêm vigentes, e as formas como afetam o acesso, a participação e o progresso na educação das raparigas. Isto inclui pesquisas e relatórios de instituições académicas e de investigação, bem como de organizações internacionais, e uma série de estudos e relatórios quantitativos, qualitativos e de métodos mistos. Identificado como estando entre as principais barreiras à igualdade de género e à educação das raparigas nos oito países parceiros do GCI, o estudo teórico centrou-se nas normas sociais relacionadas com: 1) casamento infantil; 2) percepção da baixa

1 Yotebieng, K. (2021). O que sabemos (e não sabemos) sobre as normas sociais persistentes que servem de barreiras ao acesso, à participação e à realização das raparigas na educação em oito países da África Subsaariana. Nova Iorque: UNGEI. Para uma lista completa de referências e estudos analisados, [consulte o relatório](#).

relevância económica da educação das raparigas; 3) violência baseada no género na escola (VBGE); e 4) trabalho doméstico e infantil. O estudo identificou lacunas significativas na pesquisa sobre normas sociais e educação em relação à mutilação genital feminina (MGF), rapazes, deficientes e crianças e jovens LGBTQI+.

Este documento de política combina as principais conclusões da revisão da literatura com novos dados confirmados, incluindo no contexto da pandemia de Covid-19. O documento começa com uma breve atualização situacional dos principais desafios à educação das raparigas e à igualdade de género na região, sustentada por normas sociais, e uma análise da arquitetura política continental e regional relevante para o avanço da educação das raparigas e da igualdade de género em África. Seguem-se estudos de caso dos oito países da GCI, cada um incluindo um retrato da política nacional e do quadro legal para o género e a educação. Os estudos de caso exploram, a nível de país, as provas existentes sobre normas sociais e educação das raparigas em mais detalhe, identificando potenciais pontos de entrada e abordagens promissoras para a transformação das normas sociais. O documento termina com conclusões gerais dos oito estudos de caso dos países da GCI e recomendações que deverão ser traduzidas em ações. Este documento de política e as suas recomendações são dirigidos à Aliança GCI, decisores políticos, profissionais da educação e do género, pessoal do ministério, (I) ONG e sociedade civil.

CAIXA 1: INICIATIVA DE PRIORIDADE AO GÉNERO (GCI): REFORÇO DOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO SENSÍVEIS AO GÉNERO NA ÁFRICA OCIDENTAL E CENTRAL

As relações e formas de poder para além do sistema de educação desempenham um papel crucial na multiplicação das desigualdades de género e na criação e replicação de barreiras à educação das raparigas. A educação pode desempenhar um papel chave para desafiar estas normas de género, mas também pode reforçá-las e reproduzi-las se a distribuição de recursos, as políticas e os sistemas não estiverem fundamentados nos princípios da igualdade de género. Como tal, transformar normas de género profundamente enraizadas e desenvolver sistemas de educação mais equitativos requer uma compreensão profunda e específica do contexto das questões, uma liderança empenhada e uma ação transformativa (Rodway et al., 2021). São necessárias competências e capacidades especializadas para que os ministérios da educação integrem considerações de género no funcionamento geral das instituições, e aqueles com estas competências requerem um nível apropriado de experiência para impulsionar estas mudanças. Muitas vezes não existem conhecimentos suficientes sobre género nos ministérios da educação ou estão localizados dentro de estruturas que são incapazes de reivindicar ações ou aceder a recursos adequados (Gordon et al., 2019; Rodway et al., 2021). Para que a educação possa concretizar o seu potencial transformativo de género, a Planificação Sensível ao Género para o Sector da Educação (GRESP) deve ter em conta as normas sociais e de género.

Lançada em julho de 2019, a *Iniciativa de Prioridade ao Género (GCI)* foi desenvolvida pelos Ministros e Ministras da Educação e Desenvolvimento do G7, em colaboração com organizações multilaterais e da sociedade civil. A GCI apoia a liderança dos ministérios da educação e de outros intervenientes nacionais para promoverem a igualdade de género na educação. Mobiliza conhecimentos especializados e recursos para capacitar plenamente os países a tomarem decisões, implementarem intervenções e avançarem com estratégias sensíveis ao género no sector educativo. A abordagem da GCI está enraizada na Planificação Sensível ao Género para o Sector da Educação (GRESP), uma forma sistemática de integração da igualdade de género nos sistemas de educação. A GRESP visa a implementação eficaz de políticas e estratégias para combater as disparidades de género na e através da educação, e assegura a atribuição das capacidades e recursos necessários, a supervisão da implementação de políticas e o reforço da responsabilização pública. Os progressos neste campo ajudam os países a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 e 5, e a alcançar as metas de género da Estratégia Continental de Educação (CESA) da União Africana. Entre 2020 e 2023, a GCI será implementada em oito países - Burquina Faso, Chade, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria e Serra Leoa - através de uma parceria multisectorial conhecida como a Aliança GCI. A Aliança GCI é composta por ministérios da educação, pelo consórcio de OSC,² por doadores do G7³ e por agências multilaterais.⁴ A Iniciativa de Prioridade de Género (GCI) é coordenada conjuntamente pela UNGEI e IIEP-UNESCO.

2 O consórcio de OSC é composto pela Campanha da Rede Africana de Educação para Todos (ANCEFA), pelo Fórum para Mulheres Educadoras Africanas (FAWE) e pela Plan International.

3 União Europeia, França, Alemanha, Itália e Reino Unido.

4 UNGEI, IIEP-UNESCO, UNESCO, Parceria Global para a Educação (PGE) e o UNICEF.

NORMAS SOCIAIS QUE SERVEM COMO BARREIRAS À EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS NA ÁFRICA OCIDENTAL E CENTRAL - UMA BREVE VISÃO GERAL

Os países da África Ocidental e Central registaram progressos notáveis na educação das raparigas ao longo das últimas duas décadas. A proporção de raparigas que entram nos últimos anos tanto no ensino primário como secundário aumentou de 2000 para 2017. Na maioria dos países, as taxas de conclusão do ensino primário e do primeiro ciclo do ensino secundário, a tendência dos índices de paridade de género (IGP)⁵, também aponta para uma aproximação, embora o progresso tenha abrandado nos últimos anos (UNICEF, 2020a). No entanto, o acesso à educação permanece altamente desigual na África Ocidental e Central, especialmente para raparigas marginalizadas e adolescentes, crianças do quintil de riqueza mais pobre, crianças que vivem em áreas de conflito e crianças com dificuldades funcionais. As raparigas representam 52% dos 38,8 milhões de crianças fora da escola naquela região (UNESCO, 2020; UNICEF, 2021b). Os dados confirmados são cruciais para melhor monitorizar, compreender e responder às lacunas de género na educação. Um Sistema de Gestão Educacional e de Informação (SIGE) é a principal ferramenta utilizada para a recolha e o processamento de dados na educação para a maioria dos países africanos, no entanto, quando se trata de monitorizar o progresso para a igualdade de género na e através da educação, o sistema pode ter várias limitações. Nelas se inclui a falta de dados desagregados por sexo e por género, pouca informação (por exemplo, falta de dados sobre as crianças fora da escola, educação não formal e alfabetização), e relação insuficiente com informação de outros sectores (por exemplo, saúde, nutrição, justiça, trabalho).

Gravidez precoce

A gravidez precoce é impulsionada por uma combinação de fatores sociais, económicos e educacionais. Neles se incluem a escassez de serviços, conhecimentos limitados ou tendenciosos sobre saúde sexual e reprodutiva, normas sociais de género em torno da adolescência e do comportamento sexual e a vulnerabilidade ao poder e à coerção. Os papéis de género e a construção pela própria rapariga da sua identidade e autodeterminação, assim como o ambiente político, cultural e religioso, as dinâmicas individuais do agregado familiar e da comunidade em que se encontram desempenham uma influência importante na persistência da gravidez precoce (Denney et al., 2015). Muitas vezes ligada ao casamento infantil, a gravidez precoce e involuntária pode ser uma consequência de as raparigas serem forçadas a abandonar a escola. A gravidez precoce é também uma das principais causas de abandono escolar devido a políticas, leis e normas sociais discriminatórias que impedem as raparigas grávidas e as jovens mães de continuarem a sua educação (Versluys, 2019).

A África Subsaariana tem assistido a uma queda geral nas taxas de gravidez precoce ao longo dos últimos 25 anos. No entanto, as taxas de gravidez precoce em muitos dos países do GCI, incluindo o Chade, Mali e Níger estão entre as mais elevadas do mundo atual (UNESCO, 2020). Mesmo em países onde as leis e políticas discriminatórias mudaram (como em Moçambique e na Serra Leoa), as atitudes e normas negativas de professores, pares, pais e comunidades podem continuar a ostracizar as raparigas grávidas e as jovens mães na educação. O estigma, o medo e mesmo a criminalização da gravidez fora do casamento (como na Mauritânia) moldam as decisões parentais em torno da educação das raparigas. Por exemplo, enquanto a educação precoce das raparigas é geralmente

5 O Índice de Paridade de Género (GPI) refere-se ao rácio entre os valores femininos e masculinos de um dado indicador. Um GPI entre 0,97 e 1,03 indica paridade entre os géneros. Um GPI abaixo de 0,97 indica uma disparidade a favor dos homens. Um GPI acima de 1,03 indica uma disparidade a favor das mulheres.

valorizada pelos pais e amplamente encorajada, na puberdade as normas em torno dos papéis e responsabilidades das raparigas na sociedade têm mais peso. Devido ao risco de uma gravidez indesejada, as normas sociais relativas à idade das raparigas para ficarem em casa, e assim para evitarem o convívio com os rapazes podem impedir as raparigas de permanecerem na escola e completarem a sua educação (Goulds, 2020).

Casamento infantil

O casamento infantil é impulsionado pela desigualdade de género e por dinâmicas de poder desiguais. É exacerbado nas sociedades e comunidades com elevados níveis de violência baseada no género, normas socioculturais restritivas, pobreza, insegurança (incluindo ataques às escolas) e populações deslocadas. O casamento infantil é ainda mais predominante entre as raparigas que vivem em zonas rurais, agregados familiares mais pobres e com níveis de educação nulos ou baixos (UNICEF, 2020a). O casamento infantil é tanto uma causa como uma consequência das taxas de abandono escolar das raparigas e está frequentemente associado à gravidez precoce (Versluys, 2019). As normas sociais pressionam as raparigas a abandonarem a escola na altura do casamento e regem diferentes expectativas educacionais e de emprego para rapazes e raparigas que têm filhos (Goulds, 2020). A África Ocidental e Central tem uma das mais altas taxas de casamento infantil do mundo. Embora as taxas estejam a diminuir, o ritmo permanece demasiado lento: mesmo que o progresso duplicasse, uma em cada três raparigas na região continuaria a ser uma noiva infantil em 2030. Na região do Sahel⁶, independentemente da riqueza ou religião, as mulheres com mais educação são menos propensas a casar na infância. Por outro lado, estima-se que 95% das raparigas adolescentes casadas na região do Sahel não frequentam a escola (UNICEF, 2020b).

Mutilação genital feminina⁷

A MGF é sustentada por normas socioculturais e persiste apesar das medidas legislativas que proíbem a prática em alguns países. Em sociedades com elevada prevalência, a MGF é um rito de passagem para a condição feminina e está assim ligada a normas em torno do casamento, segurança financeira e estatuto social e integração (Ahinkorah et al., 2020; Gathara e Kurumbi, 2020). O aumento da educação, o maior estatuto socioeconómico e a riqueza e exposição aos meios de comunicação social (por exemplo, jornais, televisão e rádio) estão ligados a uma diminuição da probabilidade de MGF. Contudo, é necessária mais pesquisa para compreender a natureza e direção da relação entre as normas sociais, a educação das raparigas e a MGF (UNICEF e UNGEI, 2021).

De acordo com o UNFPA, a mutilação genital feminina (MGF) é conhecida por ser praticada entre certas comunidades em 33 países africanos. São observadas tendências mistas nos países da GCI onde a MGF é predominante. Nos últimos anos, o Chade, o Mali e a Mauritânia não mostraram nenhum declínio ou apenas um ligeiro declínio na MGF, enquanto o Burquina Faso, a Nigéria e a Serra Leoa viram um declínio significativo, possivelmente devido à mudança de normas, a campanhas de sensibilização, à legislação contra a prática e à educação que aumentou a consciência dos seus danos e levou à resistência contra a prática (União Africana, 2021a).

Violência Baseada no Género na Escola

A Violência Baseada no Género na Escola (VBGE) ocorre em todos os países em todo o mundo e atravessa diferenças culturais, geográficas e económicas nas sociedades. A VBGE pode ser definida como atos ou ameaças de violência sexual, física ou psicológica que ocorrem nas escolas e nas suas imediações, perpetrados como resultado de normas e estereótipos de género e aplicados por

6 As definições geográficas do Sahel incluem geralmente o norte do Senegal, sul da Mauritânia, centro do Mali, norte do Burquina Faso, sul da Argélia, sudoeste do Níger, norte da Nigéria, norte dos Camarões, centro do Chade, centro do Sudão e norte da Eritreia. Este documento segue a definição do Sahel utilizada no relatório referenciado do UNICEF.

7 A Organização Mundial de Saúde define a MGF como todos os procedimentos que envolvem a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou outras lesões dos órgãos genitais femininos por razões não médicas.

dinâmicas de poder desiguais (UNESCO e UN Women, 2016). A VBGE pode ser perpetrada tanto por professores como por alunos. As alunas são as principais vítimas dos contactos físicos não desejados e das tentativas de sexo não consensual por parte colegas de turma e professores. Na África Subsaariana, as raparigas relatam casos de professores que exigem favores sexuais em troca de boas notas, tratamento preferencial nas aulas, dinheiro e presentes. O medo da retaliação pode impedir que as raparigas recusem as exigências dos professores (UNESCO, 2020). A violência também é frequentemente dirigida a estudantes lésbicas, gays, bissexuais e transexuais e a outros estudantes que exibem identidades não binárias de género, no entanto, os dados sobre VBGE entre os estudantes LGBTQI+ nos países do GCI são limitados.

Deficiência

Os ambientes escolares, currículos e práticas de ensino não são muitas vezes adaptados às necessidades dos alunos com deficiência, criando barreiras adicionais à participação e realização dos alunos na educação (PGE, 2018). As escolas também reproduzem estruturas e hierarquias de poder da sociedade, reforçando normas, estigmas e estereótipos prejudiciais tanto no que diz respeito à deficiência como ao género. As raparigas com deficiência também experimentam taxas mais elevadas de violência baseada no género em comparação com os rapazes com deficiência e podem enfrentar barreiras adicionais aos serviços de denúncia e encaminhamento. Sabendo disso, as famílias podem resistir a enviar raparigas com deficiências para a escola por medo da sua segurança. Além disso, normas desiguais de género e divisão do trabalho doméstico podem significar que o custo de oportunidade de educar raparigas com deficiência é considerado demasiado elevado (Sightsavers, 2021; Humanity and Inclusion, 2021).

Estima-se que um número significativo de crianças com deficiência na África Subsaariana esteja fora da escola. Na África Ocidental e Central, as instalações de gestão da higiene menstrual nas escolas muitas vezes não são adaptadas para raparigas com deficiências, levando a ausências repetidas durante a menstruação. Todos os países da GCI comprometeram-se a acabar com a exclusão das crianças com deficiência na educação, assinando e/ou ratificando a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. No entanto, existem lacunas significativas entre os compromissos políticos e a implementação, agravadas pela falta de dados sistemáticos e fiáveis.

Fragilidade, conflitos e emergências climáticas

As normas de género existentes e desiguais são frequentemente intensificadas durante os conflitos, exacerbando as disparidades de género na educação. Isto pode aumentar o risco de violência sexual e baseada no género sobre as raparigas. A insegurança e as deslocações reduzem o acesso das raparigas à escola e aumentam a procura de trabalho infantil, e o casamento pode ser visto como um mecanismo para proteger as raparigas da violência, ou como uma estratégia para enfrentar choques nos rendimentos. A insuficiência de água e de instalações sanitárias nas escolas, a discriminação exacerbada em relação às raparigas com deficiência em particular, e um risco acrescido de violência significam que é mais provável que as raparigas sejam confinadas ao lar e excluídas da educação em situações de crise e de conflito (Perezniето et al., 2017; Goulds, 2020).

A África Ocidental e Central, e particularmente a região do Sahel, enfrenta alguns dos desafios humanitários mais complexos do mundo, incluindo a insegurança alimentar, os conflitos e a instabilidade, o deslocamento interno e o impacto das alterações climáticas. As emergências humanitárias também estão a afetar o acesso e a qualidade da educação na região (OCHA, 2021; UNICEF, 2019). Mesmo antes da Covid-19, mais de 9 290 escolas na África Ocidental e Central estavam já fechadas devido à insegurança (Save the Children, 2020). As crianças enfrentam traumas complexos devido ao deslocamento forçado e ao facto de testemunharem ou vivenciarem atos de violência. Entre os países do GCI, Burkina Faso, Chade, Mali, Níger e Nigéria estão a sofrer uma onda de ameaças e ataques contra estudantes, professores e escolas (UNICEF, 2019).

A Covid-19

A crise da Covid-19 é suscetível de minar os esforços para promover a igualdade de género na educação e através da educação. As normas de género pré-existentes e desiguais, incluindo as que estão na base da despriorização da educação das raparigas, e o casamento infantil, são exacerbadas durante crises sanitárias e financeiras (Psaki et al., 2017; Corno et al., 2017; UNESCO, 2020). Como evidenciado pela crise do Ébola, isto pode levar a um aumento no abandono escolar, casamento infantil, gravidez precoce, e um fardo mais pesado de responsabilidades domésticas para as raparigas (Bandiera et al., 2020). O impacto na educação das raparigas é, portanto, suscetível de ser aprofundado em países com proibições pré-existentes, forte estigma social, ou falta de políticas claras relativamente à frequência ou ao regresso à escola de raparigas grávidas, casadas e jovens mães.

Apesar dos esforços concertados dos governos e de outras partes interessadas na região da África Ocidental e Central, o acesso à aprendizagem à distância durante o encerramento das escolas pela Covid-19 foi desigual. Os dados disponíveis até agora apenas captam parcialmente o impacto da pandemia na educação das raparigas e na igualdade de género na educação⁸, no entanto, a evidência emergente realça que as normas e expectativas de género determinaram a possibilidade de as raparigas e os rapazes participarem e beneficiarem de estratégias de aprendizagem à distância (UNESCO, 2021). As disparidades de género nos números das matrículas escolares e no regresso à escola também parecem mais pronunciadas entre grupos de baixos rendimentos e estudantes adolescentes, com as raparigas a serem desproporcionadamente afetadas devido ao aumento da gravidez precoce e do casamento infantil (Brookings, 2022). Os professores também sofreram uma perda de emprego durante a pandemia, com as professoras desproporcionadamente afetadas devido ao seu duplo papel como profissionais e cuidadoras primárias das suas casas (Observatório KIX, 2022).

Pobreza e trabalho infantil

A desvantagem económica é uma barreira omnipresente à educação das raparigas, particularmente quando combinada com normas de género enraizadas no que diz respeito ao papel das mulheres na sociedade e a crenças sobre o valor da educação das raparigas (Gordon et al., 2019). As perceções em torno da baixa relevância social e económica da educação das raparigas versus a dos rapazes, ligadas a oportunidades económicas mais limitadas e caminhos de vida aceites pelas raparigas, significam que em tempos de dificuldades financeiras, os pais tendem a optar por dar prioridade à educação dos rapazes (Amili e Di Paolo, 2019). As normas de género e a discriminação aumentam os riscos de trabalho infantil, particularmente para as raparigas, relacionados com o serviço doméstico e tarefas domésticas não remuneradas (OIT e UNICEF, 2021). Na África Ocidental e Central, a pobreza doméstica e o acesso limitado a uma educação de qualidade são também causas profundas do trabalho infantil, que é simultaneamente uma causa e consequência importante do abandono escolar e tem um impacto negativo direto nos resultados e realizações educacionais dos alunos, tanto dos rapazes como das raparigas (Lee et al., 2021). A insegurança e a crise também aumentam a procura de trabalho infantil, e as estimativas sugerem que o aumento da pobreza devido à Covid-19 irá aumentar a sua prevalência (OIT e UNICEF, 2021).

Falta de professoras e diretoras de escolas

Os diretores das escolas desempenham um papel crítico na criação de ambientes de ensino e aprendizagem seguros, de alta qualidade e sensíveis ao género, e na promoção de relações fortes entre as escolas e as comunidades. Em todos os países participantes no Programa de Análise de Sistemas Educativos (PASEC), os resultados de aprendizagem no final da escola primária são mais elevados, tanto para raparigas como para rapazes, nas escolas lideradas por mulheres. Em Moçambique, as escolas com diretoras escolares mulheres têm taxas de abandono escolar inferiores às escolas onde

8 Montoya, S. e Chakroun, B. (2021) O impacto da pandemia nas matrículas escolares está ainda por avaliar. Monitorização Global da Educação (GEM) <https://world-education-blog.org/2021/12/06/the-pandemics-impact-on-enrolment-is-yet-to-unfold/>

o diretor é um homem (Innocenti, UNICEF, próxima publicação).⁹ No entanto, nos países da GCI, as mulheres continuam sub-representadas na liderança escolar. O estudo Data Must Speak do Centro de Pesquisa Innocenti do UNICEF mostra que no Níger e no Mali, apenas cerca de 1 em cada 10 diretores escolares são mulheres. As primeiras análises mostram que as escolas dirigidas por mulheres podem ter um melhor desempenho do que aquelas que são dirigidas por homens.

Desde 1995, a percentagem de mulheres na força de trabalho global de professores diminuiu tanto no ensino secundário (de 32% para 30%) como na educação terciária (de 26% para 24%) na África Subsaariana (UNESCO, 2020). Além disso, embora se compreenda que as normas e os estereótipos de género são aprendidos na primeira infância, poucos países na África Ocidental e Central abordam adequadamente as questões de género no ensino e aprendizagem da primeira infância.¹⁰ Os dados reunidos nos países africanos têm mostrado que a presença de professoras mulheres aumenta a probabilidade de as raparigas frequentarem e permanecerem na escola, bem como a disposição dos pais em apoiar a educação das filhas. Os fatores impulsionadores incluem perceções e normas em torno de professores homens a ensinarem meninas, realidades de VBGE vivenciadas por raparigas, e o facto de as professoras poderem ser modelos importantes para as raparigas. Dados de dez países francófonos da África Ocidental e Central mostram que as raparigas que são ensinadas por uma professora melhoram o seu desempenho em matemática e leitura. Para os rapazes, o género de um professor não tem impacto nos resultados da aprendizagem (Lee et al., 2019; UNESCO, 2020).

9 Brossard, M., e Bergmann, J. (2022) Mais mulheres na liderança escolar melhoram os resultados de aprendizagem? <https://blogs.unicef.org/evidence-for-action/can-more-women-in-learning-leadership-improve-education-outcomes/>

10 O Fórum das Educadoras Africanas (FAWE) promoveu uma pedagogia que responde às questões de género através do [Kit de ferramentas GRP4ECE: Pedagogia Sensível ao Género para a Educação da Primeira Infância e Kit de ferramentas de Pedagogia Sensível ao Género.](#)

PRINCIPAIS POLÍTICAS, LEGISLAÇÃO E ATORES CONTINENTAIS QUE ABORDAM AS NORMAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

Em todo o continente africano, o apoio à igualdade de género e à educação das raparigas tem vindo a ganhar dinamismo desde a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015. O ODS 4 e o ODS 5 estão contextualizados no âmbito da Estratégia Continental de Educação para África (CESA) 2016-2025, e da Estratégia de Igualdade de Género associada, que pretendem dar resposta às realidades da educação africana. A CESA, combinada com três outras estratégias principais - Agenda 2063 da União Africana: A África que Queremos; a Estratégia da União Africana para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (GEWES) 2018-2028; e os planos estratégicos do Centro Internacional da União Africana para a Educação das Raparigas e Mulheres em África (AU/CIEFFA) - criam a arquitetura política continental chave para a igualdade de género e a educação das raparigas em África (ver Anexo 1).

O Índice de Género em África (AGI)¹¹ - uma ferramenta que apoia a implementação e monitorização da Agenda 2030 do ODS e da Agenda 2063 em África - indica uma melhoria dramática no sentido da paridade de género ao nível do ensino primário (96,2%), mas um fosso cada vez maior a nível secundário. As taxas de alfabetização dos jovens variam em todo o continente, mas as disparidades de género são mais pronunciadas na Guiné (AGI 43,6%), no Chade (AGI 41,2%) e na República Centro-Africana (AGI 36,0%) e onde fortes normas socioculturais levaram a taxas de alfabetização muito mais baixas entre as mulheres jovens. A diferença de género nas disciplinas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) é particularmente acentuada em África (AGI 37,9%), onde as expectativas culturais e normas sociais nas famílias, escolas, colégios e locais de trabalho desencorajam as raparigas de estudar estas disciplinas (AfDB e UNECA, 2020).

Acabar com todas as normas e práticas sociais nocivas, aumentar as competências e qualificações da juventude africana e reimaginar os processos do sector da educação, currículo e quadros de qualificação são os principais objetivos da Agenda 2063. A Agenda 2063 adota uma abordagem afrocêntrica à prestação de educação que constitui um pilar fundamental da Renascença Africana: em vez de se inclinar para as dimensões 'ocidental' e 'eurocêntrica' historicamente impostas aos sistemas de educação africanos, ela abraça contextos sociais e culturais, ao mesmo tempo que promove a igualdade de género (União Africana, 2016). Embora a CESA não aborde especificamente a questão das normas sociais, a sua Estratégia de Igualdade de Género a elas associada apela a "um esforço renovado e uma abordagem direcionada para a luta contra as normas discriminatórias de género na educação" e destaca o papel dos professores na transformação das normas discriminatórias, particularmente em relação às disciplinas STEM e aos percursos profissionais. A pedagogia e a reforma curricular sensíveis ao género são apontadas como estratégias para alcançar estes objetivos (FAWE, 2018).

11 [O Índice de Género em África \(AGI\)](#) é produzido conjuntamente pelo Banco Africano de Desenvolvimento, pela União Africana e pela Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA). Mede a paridade entre mulheres e homens em três dimensões: económica, social, representação e empoderamento. A dimensão social mede as lacunas no acesso à educação e aos serviços de saúde. Uma pontuação de 1 representa a paridade entre mulheres e homens. Uma pontuação entre 0 e 1 significa que a desigualdade de género é a favor dos homens, enquanto uma pontuação acima de 1 significa que as mulheres estão a sair-se bem em comparação com os homens.

A Estratégia da União Africana para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (GEWES) aborda a educação principalmente no contexto do empoderamento económico. Embora a estratégia reconheça as desigualdades e os estereótipos de género na educação, particularmente no que diz respeito à STEM, as intervenções no sector da educação centram-se mais na paridade de género do que na igualdade ou transformação de normas. No que toca a fazer avançar os direitos das mulheres e raparigas e de pôr fim às práticas nocivas, a GEWES nota uma melhor implementação e aplicação do Protocolo de Maputo¹² como um objetivo e um desafio primordiais. Muitos países africanos, incluindo os países da GCI, operam num sistema jurídico dual ou misto. As leis consuetudinárias governam a vida diária e as realidades das mulheres e raparigas, enquanto as leis ordinárias são cada vez mais favoráveis aos direitos das mulheres e raparigas. As tensões entre as leis consuetudinárias e ordinárias (incluindo instrumentos regionais como o Protocolo de Maputo) demonstram que a aplicação significativa dos instrumentos legais e políticos de apoio à educação das raparigas e que proíbem a discriminação baseada no género e práticas nocivas, tais como o casamento infantil e a mutilação genital feminina, não pode ser alcançada sem o reforço do apoio social e comunitário. As estratégias transversais para transformar as normas sociais nocivas no GEWES estão principalmente centradas em campanhas e intervenções baseadas nos meios de comunicação social. Isto inclui abordar os preconceitos na representação das mulheres nos meios de comunicação social, uma campanha continental para declarar o analfabetismo uma prática tradicional nociva, e programas meios de comunicação social e tradicionais para abordar atitudes, mentalidades e normas sociais que discriminam as mulheres e as raparigas (FAWE, 2018).

Os esforços coordenados de advocacia e ativismo ajudaram a trazer as questões de igualdade de género e da educação das raparigas para o palco político em África. Em novembro de 2021, a Comissão da União Africana realizou no Níger a 3.ª Cimeira das Raparigas Africanas. Representantes de 35 Estados-Membros da União Africana, organizações internacionais, líderes tradicionais e religiosos, membros da sociedade civil, raparigas e jovens ativistas apelaram aos líderes africanos para darem prioridade à educação das raparigas grávidas e adolescentes casadas e comprometerem-se com uma proteção mais forte dos direitos humanos para a educação das raparigas. A Cimeira e o apelo à ação daí resultante mostram o poder da ação coletiva e do ativismo para aumentar a vontade política entre os líderes africanos de promover a igualdade de género na educação e através da educação (HRW, 2021a; União Africana, 2021b).

Os movimentos para acabar com o casamento infantil, a gravidez precoce e a mutilação genital feminina na África Ocidental têm muitas vezes decorrido em paralelo com os esforços para promover a educação das raparigas. Nos últimos anos, tem vindo a aumentar o reconhecimento do impacto negativo das normas sociais e das práticas nocivas na educação das raparigas. Aumentar a participação dos líderes religiosos e tradicionais na tomada de decisões e a influência do público na promoção da igualdade de género na educação é importante para visar normas sociais e culturais que podem servir como barreiras à educação das raparigas. Vários grupos influentes estão a trabalhar nesta agenda em todo o continente, incluindo: o Comité dos Dez Chefes de Estado e de Governo (C10) Championing Education, Science and Technology in Africa; o Parlamento Pan-Africano; a Federação das Organizações de Pessoas com Deficiência da África Ocidental (FOAPH); o Conselho de Líderes Tradicionais e Religiosos (CoTLA) e organizações de jovens africanos ativistas e feministas.

12 Em 2003, os Estados-Membros da União Africana adotaram o [Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África \(Protocolo de Maputo\)](#) para avançar e salvaguardar os direitos das mulheres e raparigas em todo o continente. Até à data, 42 países assinaram e ratificaram o Protocolo de Maputo.

CASOS DE ESTUDO DE PAÍSES PARCEIROS DA INICIATIVA DE PRIORIDADE AO GÉNERO

Cada estudo de caso de um país parceiro da GCI começa com uma visão global das estatísticas de género e educação para os principais desafios descritos na Secção 1 (ver Anexo 3 para as principais fontes de dados). Complementando a breve visão geral das políticas e dos instrumentos legais que orientam os objetivos de igualdade de género e educação a nível continental na Secção 2, cada estudo de caso fornece uma visão geral da política e do contexto legal para a igualdade de género e educação a nível nacional (ver Anexo 2 para os planos e políticas revistos). Segue-se uma análise dos dados concretos existentes sobre as normas sociais e de género que têm impacto na educação das raparigas e na igualdade de género no contexto de cada país. Estão destacadas as considerações importantes e/ou abordagens promissoras para a transformação das normas sociais e o avanço da educação das raparigas e da igualdade de género.

BURQUINA FASO

VISÃO GLOBAL DO GÉNERO E DA EDUCAÇÃO

Mulheres professoras

Ens. primário



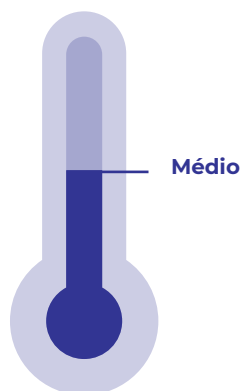
Ens. secundário



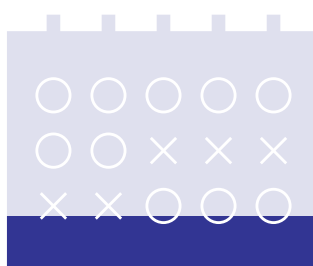
(UNESCO, 2020)

Índice de Género e das Instituições Sociais (SIGI), nível de discriminação de género

(UNESCO, 2020)



Gestão da higiene menstrual



21%

das raparigas faltam à escola durante o seu período menstrual

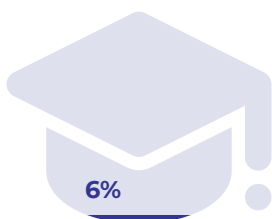
(UNICEF and UNFPA, 2019)

Taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário

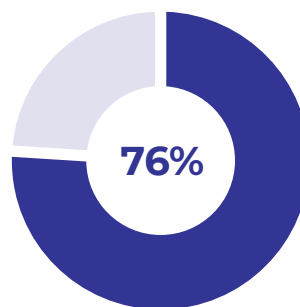
Rapazes



Raparigas



(UNICEF, 2021)

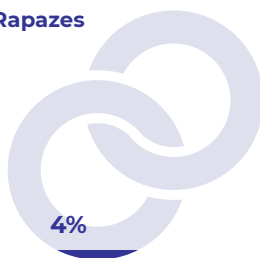


Raparigas e mulheres entre os 15 e os 49 anos de idade que tenham sofrido alguma forma de MGF

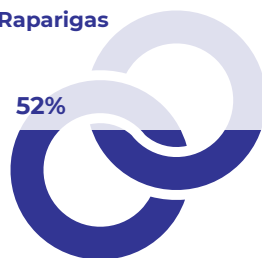
(DHS, 2010)

Taxa de casamento infantil

Rapazes



Raparigas



(DHS, 2010)



Taxa de gravidez precoce

(UNESCO, 2020)

VISÃO GERAL DA POLÍTICA NACIONAL E DO CONTEXTO LEGAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO E EDUCAÇÃO

O atual Plano do Sector da Educação do Burquina Faso é o **Programme sectoriel de l'éducation et de la formation (PSEF) 2012-2021**. Integra aspetos ligados ao género e à deficiência, observando normas nocivas e estigmas como as principais barreiras à educação para os alunos com deficiência.

O Burquina Faso tem uma estratégia nacional específica para agilizar a educação das raparigas, a **Stratégie nationale d'accélération de l'éducation des filles (SNAEF)**. Está a ser desenvolvida uma política de educação inclusiva.

Em resposta à Covid-19, o Burquina Faso produziu o **Plan de réponse du MENAPLN pour la continuité éducative dans le contexte du Covid-19**, que identifica o casamento infantil como um dos principais fatores de risco para as raparigas e para a educação destas, em particular. Complementa a estratégia nacional existente do Burquina Faso para acabar com o casamento infantil, a Strategie Nationale de Prevention et D' Elimination du Mariage d' Enfants (2016-2025).

Segundo o Código de Família do Burquina Faso (1989), a idade mínima de casamento é de 17 anos para as raparigas e de 20 anos para os rapazes. Com autorização dos tribunais civis, as raparigas podem casar a partir dos 15 anos e os rapazes a partir dos 18 anos. Em 2018, a Assembleia Nacional do Burquina Faso adotou um Código Penal revisto que penaliza todas as formas de casamento infantil. No entanto, não altera a idade mínima de casamento.

O artigo 1.º da Constituição do Burquina Faso, reforçado por um decreto nacional emitido em 1974, proíbe a expulsão das raparigas grávidas da escola. Contudo, falta ao Burquina Faso uma política ou legislação que proteja o regresso à escola das raparigas grávidas e o direito à educação das mães adolescentes.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES: AS NORMAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

Desde 2016, o Burquina Faso tem enfrentado um contexto de insegurança, que afeta em particular as regiões do Sahel, do Norte, do Centro-Norte e do Este, com o número e a gravidade dos ataques registados às escolas de Burkinabè a aumentar desde 2017. Antes da pandemia de Covid-19, mais de 2 500 escolas tinham fechado devido a ataques ou à insegurança. Todas as escolas foram temporariamente encerradas em resposta ao surto de Covid-19 em março de 2020. **Os conflitos e ataques à educação - para além da pandemia - agravaram os desafios da igualdade de género e do direito à educação.** A insegurança levou ao afastamento da escola de professores e alunos, induzidos pelo medo, particularmente mulheres e raparigas, causando consequências psicossociais a longo prazo. As crianças afetadas pelo encerramento de escolas inscreveram-se em escolas mais afastadas de casa, agravando a exposição das raparigas ao risco de assédio sexual e violência no percurso de e para a escola. As raparigas têm também menos probabilidades do que os rapazes de voltar a matricular-se na escola após os encerramentos (HRW, 2020; OCHA, 2020).

As altas taxas de mutilação genital feminina, o casamento infantil e a gravidez precoce continuam a limitar os direitos e oportunidades das mulheres jovens e das raparigas. A persistência destes fenómenos pode ser explicada pelos elevados níveis de aceitação social, com 44% da população a considerar que as raparigas se podem casar antes dos 18 anos. Isto restringe as oportunidades de educação das raparigas. De facto, a matrícula escolar das raparigas é mais baixa nas províncias onde a prática do casamento precoce é generalizada (OCDE, 2018). Em situações de crise, com as escolas fechadas, o risco de casamento infantil e mutilação genital feminina aumenta, ao passo que o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e aos serviços de proteção diminui (OCHA, 2020; Goulds, 2020; UNICEF e UNFPA, 2021). Outros fatores associados ao casamento infantil incluem a falta de autodeterminação das raparigas, o momento da sua iniciação sexual e as normas da comunidade, especificamente a opinião dos pais sobre o casamento infantil (Misunas et al., 2021). **As normas e expectativas sociais em torno do casamento infantil e da gravidez logo após o casamento colocam restrições à educação e aspirações das raparigas,** e à sua capacidade de lutarem por percursos alternativos. Além disso, a falta de uma política clara de regresso à escola para raparigas grávidas e mães adolescentes significa que os funcionários escolares muitas vezes proíbem as raparigas grávidas de estarem na escola por normas sociais e pelo estigma de ter filhos fora do casamento (HRW, 2018).

Reconhecendo o **potencial transformativo das abordagens lideradas pela comunidade para abordar normas socioculturais nocivas que sustentam o casamento infantil e limitam a educação das raparigas** no Burquina Faso, o Programa Global UNFPA-UNICEF para Acabar com o Casamento de Crianças envolveu quase 10 000 líderes comunitários em sessões de formação e sensibilização, construindo a sua capacidade para se tornarem agentes de mudança na transformação das normas sociais. Têm sido realizados diálogos comunitários (envolvendo mulheres, homens, raparigas e rapazes) para **construir um consenso social para o abandono do casamento infantil e a promoção dos direitos das mulheres e raparigas,** incluindo o direito à educação. Dado que as figuras masculinas (por exemplo, maridos e pais) tendem a ter poder de decisão e autoridade, a iniciativa Thanks to Us oferece formação a homens e rapazes, cobrindo questões como a masculinidade positiva e o seu papel no combate às práticas tradicionais nocivas (UNFPA e UNICEF, 2021). Enquanto os programas eficazes para influenciar os comportamentos e atitudes dos homens combinam a educação em grupo com a mobilização da comunidade e campanhas nos meios de comunicação social, sustentar o **apoio dos homens e dos rapazes à igualdade de género requer políticas progressivas que influenciem normas, comportamentos e atitudes a múltiplos níveis** (UNFPA et al., 2020).

As escolas privadas religiosas e seculares são importantes estruturas educacionais no Burquina Faso, com aproximadamente 54% da população em idade primária e secundária do país a frequentarem essas escolas, que funcionam fora do sistema de ensino público (Universalía, 2018). Entre certas comunidades, a **escolarização formal ou 'ocidental' é equiparada a um desrespeito pelo conhecimento indígena, suscitando nos pais o receio de que as crianças se separem das suas**

raízes e papéis tradicionais. Além disso, a escolaridade formal é muitas vezes considerada melhor para as necessidades dos rapazes do que das raparigas, com base no pressuposto de que mais tarde na vida, os rapazes participarão mais na atividade económica fora de casa do que as raparigas (Kazianga em al., 2012).

A pobreza continua a ser um dos principais obstáculos à educação tanto para rapazes como para raparigas, com o custo dos uniformes escolares, materiais e propinas a representar barreiras significativas à educação para muitos agregados familiares (PNUD, 2020). No entanto, **as percepções relativas à relevância social e económica da educação formal, ligadas à aceitação social e à disponibilidade de oportunidades pós-educacionais, são altamente diferenciadas por género.** Mais de 44% da população refere uma preferência pelo seu primeiro filho ser um rapaz, em comparação com os 17% que pendem para uma rapariga. A preferência pelo filho também se traduz num tratamento preferencial dos filhos em relação às filhas no que diz respeito à educação e despesas relacionadas com a escola, o que intensifica as diferenças de género nos resultados educacionais e nas oportunidades de emprego e formação que estão disponíveis para raparigas e mulheres jovens (OCDE, 2018). No Burquina Faso, 49,1% das mulheres jovens entre os 15 e os 24 anos não estão na educação, emprego ou formação, em comparação com 30,5% dos jovens do sexo masculino (UN Women, 2020).

As **normas sociais que justificam a violência conjugal contra as mulheres são generalizadas** na sociedade de Burkinabè. Por exemplo, 34% da população concorda que o marido pode bater na esposa em determinadas circunstâncias (OCDE, 2018). A violência física e sexual e o assédio contra raparigas e mulheres são frequentemente normalizados, e as normas socioculturais em torno da vergonha, do privilégio masculino e da preferência por lidar com as coisas em privado em casa ou entre as famílias complica a falta de responsabilização e de punição legal contra a Violência contra as Mulheres e as Raparigas (VCMR) (Steiner e Spear, 2020). Enraizada nas normas e tendências sociais que existem na sociedade em geral, a Violência Baseada no Género na Escola (VBGE) é uma questão-chave que afeta a educação das raparigas. Muitos professores no Burquina Faso relatam não ter conhecimento de VBGE e um número ainda mais baixo de professores reporta-a às autoridades quando dela tomam conhecimento. Embora os professores muitas vezes não tolerem a VBGE, nos casos que envolvam professores e alunas, as normas e os pressupostos prevaletentes ditam que as alunas do sexo feminino tendem a ser mais culpabilizadas do que os professores do sexo masculino. **Os professores relatam sentir que lhes faltam as ferramentas e os conhecimentos necessários para enfrentar a VBGE,** citando a pressão para não trair os seus colegas professores e as áreas cinzentas em torno da percepção da aceitabilidade das relações amorosas entre professores e alunas. Um melhor apoio e formação aos professores para transformar tais normas e atitudes nas escolas e em torno delas é, portanto, um importante ponto de entrada para abordar a VBGE no Burquina Faso (Spear, 2019).

Além disso, **os movimentos de base liderados por mulheres começaram a confrontar o silêncio em torno da violência baseada no género, dentro e em torno das escolas.** As professoras do ensino secundário formaram a Association Pour le Promotion de les Filles et les Femmes¹³ (APEFF) para se manifestarem contra a violência e transformarem as normas sociais de modo a proteger os sobreviventes e a estigmatizar os perpetradores. Em linha com as normas sociais e culturais vigentes, onde as reparações são procuradas através de sistemas informais a nível interpessoal, a APEFF não promove a responsabilização através dos sistemas estatais oficiais, mas trabalha com as escolas e as famílias para negociar compromissos. As organizações de maiores dimensões poderiam trabalhar com movimentos como a APEFF para ajudar as comunidades locais a responder à violência ao nível das escolas e a agitar as normas em torno da VBGE, exigindo responsabilização a uma escala maior (Steiner e Spear, 2020).

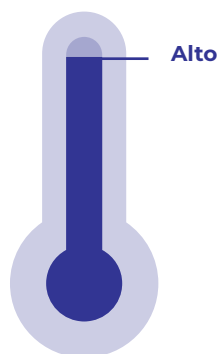
13 Associação para a Promoção das Mulheres e das Raparigas.

CHADE

VISÃO GLOBAL DO GÊNERO E DA EDUCAÇÃO

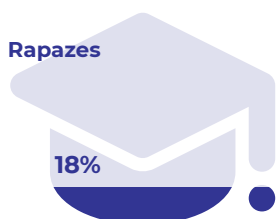
Índice de Género e das Instituições Sociais (SIGI), nível de discriminação de género

(UNESCO, 2020)



Taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário

Rapazes



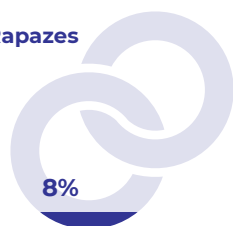
Raparigas



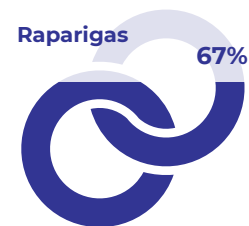
(UNICEF, 2021)

Taxa de casamento infantil

Rapazes



Raparigas



(DHS, 2014-15)

Deficiência e inclusão



Apenas **18%** das crianças com deficiência estão matriculadas na escola primária

(PGE, 2018)

Mulheres professoras

Ens. primário



Ens. secundário



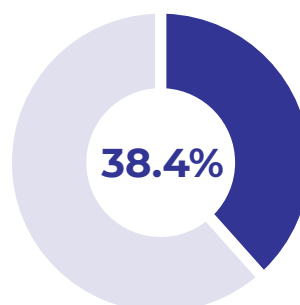
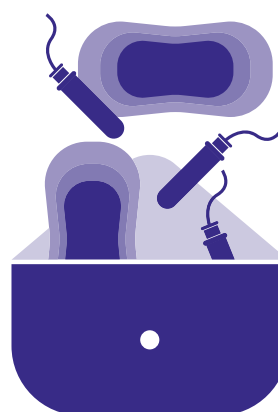
(UNESCO, 2020)

Gestão da higiene menstrual

8 em cada 10

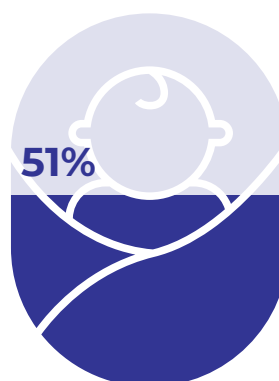
raparigas adolescentes não têm instalações e/ou conhecimentos adequados para gerir eficazmente a sua menstruação

(República do Chade, 2018)



Raparigas e mulheres entre os 15 e os 49 anos de idade que tenham sofrido alguma forma de MGF

(28 Too Many, 2019)



Taxa de gravidez precoce

(UNESCO, 2020)

VISÃO GERAL DA POLÍTICA NACIONAL E DO CONTEXTO LEGAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO E EDUCAÇÃO

O Chade tem um **Plano de Ação** de cinco anos **para a Implementação da Política Nacional de Género (2019-2023)**. Apela ao desenvolvimento de iniciativas para reduzir as disparidades de género na educação, eliminar os estereótipos sexistas nas escolas, promover a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, e combater a VBG e outras práticas nocivas.

O atual Plano do Sector da Educação do Chade é o **Plan intérimaire de l'éducation au Tchad (PIET) 2018-2020**. Define como medidas chave para colmatar as lacunas de género na educação: i) a mobilização dos pais, das comunidades e dos líderes religiosos para transformar as normas sociais vigentes; ii) incentivos para a frequência escolar das raparigas; e iii) a capacitação do pessoal docente sobre o género e a violência baseada no género.

O país emitiu um plano de resposta de emergência para o sector da educação em abril de 2020 para fazer face à pandemia da Covid-19, o **Plan de réponse nationale du secteur éducation à l'épidémie de Covid-19 au Tchad (PRNSE C19)**. Reconhece que a violência baseada no género e o abandono escolar são os principais riscos, em particular para as raparigas, e propõe uma estratégia de comunicação centrada na exploração sexual, violência baseada no género, discriminação e estigmatização para enfrentar estes riscos.

Para abordar a questão da gestão da higiene menstrual nas escolas, a **Stratégie nationale de l'eau, de l'assainissement et de l'hygiène en milieu scolaire 2018-2030** visa programas de água, saneamento e higiene (WASH) mais inclusivos e sensíveis ao género nas escolas. Isto inclui a criação de instalações sanitárias separadas para raparigas e rapazes (também identificadas no PSE) e a disponibilização de produtos de higiene feminina para as raparigas.

Em 2015, o Parlamento do Chade aprovou uma portaria para aumentar a idade de casamento dos 15 para os 18 anos. No entanto, de acordo com o artigo 277.º do Código Penal, o direito consuetudinário permite o casamento das raparigas a partir dos 13 anos.

Ao Chade falta uma política ou legislação que proteja o regresso à escola das raparigas grávidas e o direito à educação das mães adolescentes.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES: AS NORMAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

Embora a educação seja uma prioridade para o governo do Chade, com a igualdade de género e a educação das raparigas apontadas como pontos fulcrais para o desenvolvimento tanto na atual PSE como no Plano de Ação da Política de Género, o progresso tem sido lento. O conflito interno e a fragilidade, bem como a insegurança nos países vizinhos, resultou em movimentos populacionais significativos que colocam uma tensão nos já limitados recursos do Chade. Num país dependente da agricultura e pecuária, a crise climática agravou a pobreza e a fome das comunidades vulneráveis (PAM, 2019). 48% das raparigas em idade de frequentar o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário estão fora da escola, em comparação com 29,6% dos rapazes; as jovens entre os 15 e os 24 anos têm quase o dobro da probabilidade (46,6%) dos rapazes (24,8%) de não estarem no ciclo da educação, emprego ou formação (UN Women, 2020). O acesso desigual à educação reflete-se de forma muito superior nas mulheres com uma taxa de analfabetismo de 86% em comparação com a dos homens de 69% e na **falta crónica de professoras no sistema educativo** (UNICEF, 2019a). Além disso, muitas escolas são vistas pelos pais como “de má qualidade” ou em conflito com os valores tradicionais e religiosos e a educação.

O casamento infantil, a instabilidade, a violência baseada no género e a pobreza são também desafios chave para o avanço da educação das raparigas e para a igualdade de género. O Chade tem a terceira maior prevalência de casamento infantil a nível mundial, que está intimamente ligada aos baixos níveis de educação entre as mulheres e as raparigas. De acordo com a Girls Not Brides, as raparigas não escolarizadas casam em média aos 16 anos, em comparação com os 19 anos para as raparigas que completaram o ensino secundário. Aumentar a voz e a autodeterminação das mulheres é uma estratégia chave amplamente reconhecida para reduzir as desigualdades de género e melhorar os resultados da educação. No Chade, as mulheres expressam menos desejo de tomar decisões autónomas do que os homens. Isto deve-se talvez a uma internalização das normas de género que limitam a autonomia e a tomada de decisões das mulheres e raparigas no contexto daquele país, ou porque são educadas desde tenra idade que não é apropriado ou desejável que o façam (Vaz et al., 2016). Como tal, **as estratégias para promover a educação das raparigas e a igualdade de género através do empoderamento das mulheres e raparigas no Chade devem ter por base uma compreensão profunda e específica do contexto das normas sociais que moldam a vontade de intervenção das raparigas**. As estratégias devem também visar não só as mulheres e raparigas, mas também o desejo dos homens e rapazes de tomarem decisões autónomas, particularmente as decisões com impacto nas decisões em torno da educação das raparigas e dos seus percursos de vida.

As pesquisas junto das comunidades de refugiados no **Chade mostram que a preferência pela educação dos rapazes está ligada a normas sociais que desvalorizam a importância da educação das raparigas**. Isto interseja-se com fatores como a pobreza e a falta de ambientes de aprendizagem seguros e sensíveis às questões de género. Como tal, a sensibilização em torno da educação das raparigas e da igualdade de género deve ser conduzida de uma forma culturalmente sensível e é mais eficaz se for combinada com diálogo comunitário e reformas estruturais. A **promoção de modelos de mulheres bem-sucedidas para desafiar e transformar normas sociais profundamente assentes** nas capacidades e no papel social das raparigas é outra estratégia promissora para promover a educação das raparigas e a igualdade de género (Watson et al., 2018). Os ministérios governamentais nos territórios da Bacia do Lago Chade continuam a implementar medidas para prevenir a VBG e a gravidez precoce entre as raparigas adolescentes. Estes incluem a entrega de kits Dignidade e de material contraceptivo para raparigas e rapazes; espaços seguros e centros de prestação de serviços para oferecer serviços digitais e linhas telefónicas de apoio; e mais serviços de apoio psicossocial (Ismael, 2020). No entanto, as restrições relacionadas com a Covid-19 estão a perturbar ou a acabar com os programas para reduzir a gravidez precoce e o casamento infantil. **A Covid-19 também aumentou as causas de gravidez precoce e casamento infantil, incluindo a pobreza doméstica, o encerramento de escolas e normas socioculturais nocivas** (ADEA et al., 2021).

MALI

VISÃO GLOBAL DO GÊNERO E DA EDUCAÇÃO

Mulheres professoras

Ens. primário



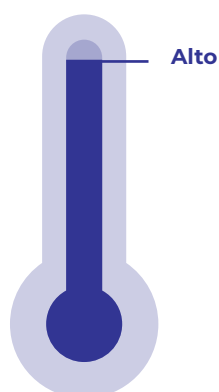
Ens. secundário



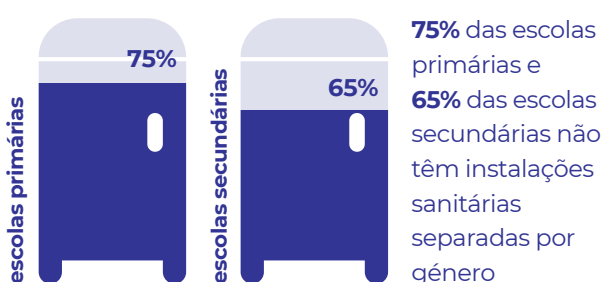
(UNESCO, 2020)

Índice de Género e das Instituições Sociais (SIGI), nível de discriminação de género

(UNESCO, 2020)



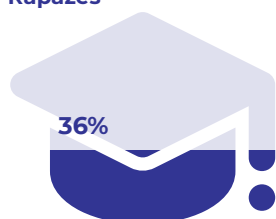
Gestão da higiene menstrual



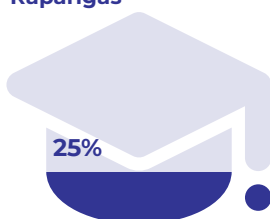
(Turner et al., 2020)

Taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário

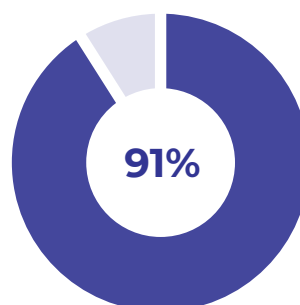
Rapazes



Raparigas



(UNICEF, 2021)

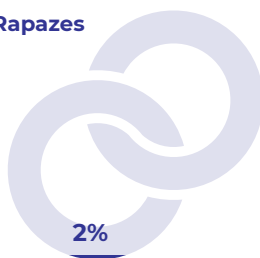


Raparigas e mulheres entre os 15 e os 49 anos de idade que tenham sofrido alguma forma de MGF

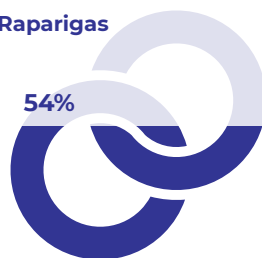
(DHS, 2012-13)

Taxa de casamento precoce

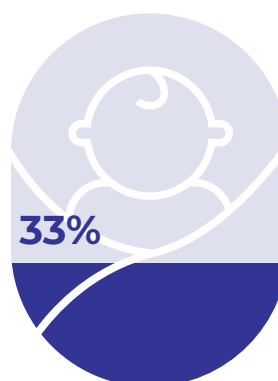
Rapazes



Raparigas



(DHS, 2018)



Taxa de gravidez precoce

(UNESCO, 2020)

VISÃO GERAL DA POLÍTICA NACIONAL E DO CONTEXTO LEGAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO E EDUCAÇÃO

O atual Plano do Sector da Educação do Mali é o **Programa Decenal de Desenvolvimento da Educação e da Formação Profissional, segunda geração (PRODEC II), 2019-2028**. Inclui estratégias para abordar as lacunas de género na educação, incluindo a promoção de ambientes e instalações de aprendizagem sensíveis ao género, mobilização social na educação das raparigas, e iniciativas para combater a violência contra as raparigas nos contextos da escola, universidade e comunidade.

O trabalho do Ministério da Educação está enquadrado numa política nacional de género. O Ministério da Educação está em processo de revisão da **Política Nacional para a Escolarização de Meninas de 2007**.

O Mali lançou uma estratégia nacional para mitigar os impactos da Covid-19 na educação, a **Estratégia de luta contra a pandemia de Covid-19 no meio escolar (2020)**. Esta estratégia não tem em conta o género.

O Código de Família do Mali (2011) fixa a idade mínima de casamento nos 16 anos para as raparigas e 18 anos para os rapazes. Em 2018, o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos considerou-o como uma violação dos artigos 6.º e 21.º do Protocolo de Maputo.¹⁴

14 Ver Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, *APDF e IHRDA v. República do Mali*, App. N.º 046/2016, Acórdão de 11 de maio de 2018, parag. 78, 95, 115, 125. Judgment of 11 May 2018, paras. 78, 95, 115, 125.

O Mali tem uma política de regresso condicional à escola para raparigas grávidas e mães adolescentes.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES: AS NORMAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

A situação humanitária e a instabilidade política do Mali pioraram nos últimos anos, com vários golpes de Estado e um aumento do conflito que levou à deslocação, à violência e à falta de acesso aos serviços básicos, incluindo a educação. Mesmo antes da pandemia de Covid-19, o encerramento de escolas devido à insegurança afetava mais de 450 000 crianças e 9 000 professores (UNICEF, 2021). Isto força os alunos a deslocar-se para mais longe ou a permanecer longe de casa, uma solução que muitas vezes não é normativamente aceitável para as raparigas. De facto, 8% dos pais de raparigas listaram a distância como uma razão chave para as suas filhas desistirem da escola, em comparação com apenas 2% para os rapazes (República do Mali, 2017). Contudo, **a pesquisa também mostra que a exclusão das raparigas da educação não se deve apenas ao encerramento das escolas e a preocupações de segurança, mas também a normas sociais que ditam a idade consuetudinária para as raparigas ficarem em casa para evitar a mistura com os rapazes.** Na sociedade do Mali, os maridos e pais são frequentemente aqueles que detêm a autoridade decisória em questões como o casamento e a educação, para além dos papéis das raparigas e das mulheres no lar (Goulds, 2020; PGE, 2020).

O casamento infantil é um grande desafio para a educação das raparigas e a igualdade de género, e **a crise humanitária em curso tende a exacerbar alguns dos fatores impulsionadores do casamento infantil, tais como a pobreza, as normas desiguais de género e a instabilidade.** De acordo com a Girls Not Brides (Meninas Não Noivas), os baixos níveis de escolaridade são determinantes importantes do casamento infantil, sendo que 50% das mulheres que completaram apenas o ensino primário estavam casadas antes dos 18 anos, em comparação com os 18% que tinham completado o segundo ciclo do ensino secundário. No entanto, a maioria dos casamentos consuetudinários no Mali, especialmente aqueles que envolvem crianças, não estão registados devido à falta de documentos de registo de nascimento. A poligamia é uma prática comum em algumas regiões e está associada a maiores diferenças de idade entre os cônjuges, o que pode ter um impacto negativo na influência das mulheres e raparigas na tomada de decisões domésticas, incluindo no que diz respeito à educação. **As normas e expectativas sociais em torno do casamento influenciam o envolvimento das raparigas no trabalho infantil e na ausência da educação.** Tanto para as raparigas dentro como fora da escola, a migração temporária com o objetivo de ganhar dinheiro para fazer um “enxoval” de casamento é uma prática comum (Melnikas et al., 2019; Girls Not Brides, n.d.).

Os **défices de saneamento e infraestruturas de higiene nas escolas cruzam-se com as normas sociais e de género em torno da menstruação para limitar o acesso, a participação e o sucesso das raparigas na educação.** As crenças culturais no Mali obrigam à eliminação adequada de material de higiene menstrual e as raparigas enfatizam a necessidade de privacidade, água e sabão. Quando isto não está disponível nas escolas, o absentismo das **raparigas adolescentes pode aumentar, exacerbando ainda mais as desigualdades de género na educação, na transição do nível secundário e para além dele (Trinies et al., 2015).** Além disso, **as raparigas adolescentes, particularmente aquelas que foram deslocadas, têm frequentemente pouco ou nenhum acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, saúde mental e menstruação.** Isto é agravado por sentimentos de embaraço e vergonha em relação à menstruação (Goulds, 2020).

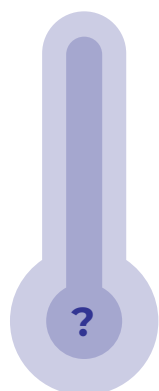
A preferência pelo filho rapaz é generalizada no Mali e está relacionada com investimentos materiais na educação. Isto reflete a contribuição significativa das raparigas para o trabalho doméstico, onde a educação das raparigas representa muitas vezes um custo de oportunidade. **11% dos pais de meninas enumerou os custos como motivo para as suas filhas abandonarem a escola, em comparação com 4% dos pais de rapazes** (República do Mali, 2017). A expectativa de casamento precoce e um contexto em que as escolas são ambientes de alto risco de abuso e de exploração de raparigas contribuem para a perceção de um baixo retorno social e económico da sua educação. Além disso, muitas escolas são vistas pelos pais como de má qualidade ou em conflito com os valores tradicionais e religiosos e a educação. Como tal, a **parceria com organizações locais da sociedade civil e organizações não governamentais, líderes religiosos, líderes tradicionais e associações de pais** será importante para ampliar os esforços para desafiar estas realidades e impulsionar reformas que podem aumentar a procura e a confiança no sistema educativo (Pearce et al., 2009).

MAURITÂNIA

VISÃO GLOBAL DO GÊNERO E DA EDUCAÇÃO

Índice de Género e das Instituições Sociais (SIGI), nível de discriminação de género

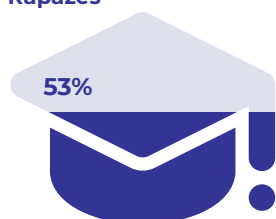
(UNESCO, 2020)



Sem dados

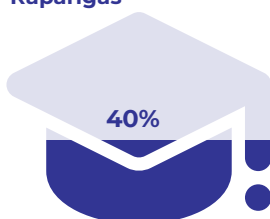
Taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário

Rapazes



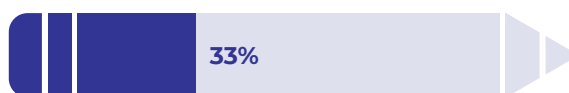
(UNICEF, 2021)

Raparigas



Mulheres professoras

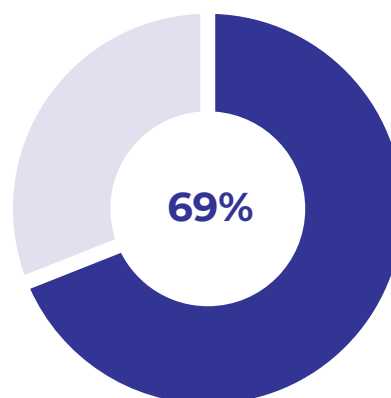
Ens. primário



Ens. secundário



(UNESCO, 2020)

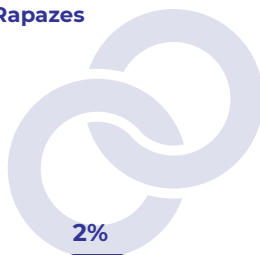


Raparigas e mulheres entre os 15 e os 49 anos de idade que tenham sofrido alguma forma de MGF

(MICS, 2011)

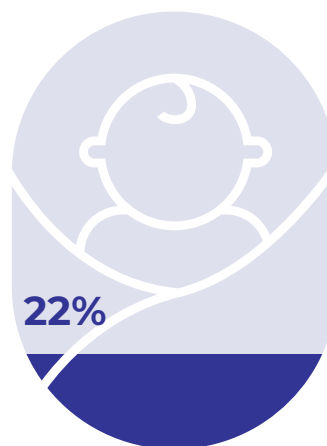
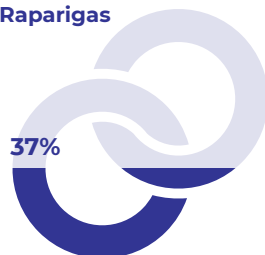
Taxa de casamento

Rapazes



(UNICEF, 2017)

Raparigas



Taxa de gravidez precoce

(UNESCO, 2020)

VISÃO GERAL DA POLÍTICA NACIONAL E DO CONTEXTO LEGAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO E EDUCAÇÃO

O atual Plano do Sector da Educação da Mauritânia é o **Programme national de développement du secteur de l'éducation (PNDSE II) 2011-2020**. Inclui uma estratégia para reduzir as disparidades de género na educação e melhorar as taxas de transição das raparigas para o ensino secundário.

Um plano de resposta de emergência para o sector da educação foi lançado em maio de 2020 para enfrentar a crise de Covid-19, o **Plan de riposte de l'éducation en réponse à la pandémie du Covid-19 (2020)**. O plano não leva em consideração o género.

A Mauritânia tem uma lei que protege o direito das raparigas grávidas a permanecerem na escola ou a retomarem os estudos. No entanto, nenhuma política estipula o processo de regresso à escola a ser seguido pelas escolas.

Ao abrigo da Lei do Código do Estatuto Pessoal de 2001, a idade mínima legal do casamento é de 18 anos, sem exceções. A gravidez fora do matrimónio é criminalizada na Mauritânia.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES: AS NORMAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

Os atuais desafios de segurança, impulsionados principalmente por tensões étnicas de longa data e pela presença de grupos extremistas em torno das fronteiras da Mauritânia, criaram desafios significativos à segurança financeira e alimentar, à educação e às infraestruturas nas áreas afetadas. Além disso, a Mauritânia acolhe aproximadamente 50 000 refugiados do Mali, que residem principalmente nas suas regiões meridionais em situação de insegurança alimentar (PGE, 2018). Apesar de alguns progressos nos últimos anos, as **questões da baixa qualidade do ensino básico, o baixo acesso e a baixa qualidade do ensino secundário, incluindo a falta de professores qualificados a nível secundário**, são desafios persistentes para o sector educativo da Mauritânia (Yotebieng, 2021).

O casamento infantil, a falta de infraestruturas escolares sensíveis ao género, a pobreza e a distância até à escola representam os maiores desafios para o acesso, participação e realização das raparigas na educação. A **gravidez fora do casamento é crime na Mauritânia, impulsionando ainda mais a persistência do casamento infantil** e reforçando as normas nocivas que sustentam essa prática. De acordo com a Girls Not Brides, as raparigas de famílias pobres têm quase o dobro da probabilidade de casar antes dos 18 anos, em comparação com as de famílias mais ricas. 22% das mulheres que tinham completado pelo menos alguns estudos secundários casaram em criança, em comparação com 43% das mulheres que não frequentaram nenhum nível de escolarização. Um estudo sobre normas de género e propriedade de terra na Mauritânia observa que as tensões entre o direito consuetudinário e a legislação oficial (particularmente nas zonas rurais), combinadas com o baixo estatuto e educação das mulheres, resultam em **muitas barreiras para as mulheres no acesso à terra. Isto, por sua vez, pode levar a expectativas sociais e económicas mais baixas em relação aos caminhos futuros da vida das raparigas**, e a um abrandamento das próprias aspirações das raparigas e a uma motivação reduzida dos agregados familiares para investirem na educação das raparigas (Bal et al., 2015).

De acordo com o UNFPA FGM Dashboard, 69% das raparigas e mulheres entre os 15 e os 49 anos de idade sofreram alguma forma de MGF na Mauritânia, e a prevalência da MGF parece diminuir à medida que o nível de educação aumenta. **Existem** vários mecanismos através dos quais a **educação das raparigas pode ser um fator de proteção contra a MGF e contribuir para a transformação das normas sociais**, por exemplo, a capacitação, um ambiente escolar protetor e programas de competências para a vida (UNICEF e UNGEI, 2021). Uma comparação entre o Mali e a Mauritânia, dois países com práticas semelhantes de MGF, analisa a eficácia das políticas nacionais para transformar as normas sociais que sustentam a prática. Em 2005, a lei mauritana proibiu a MGF, enquanto que o Mali não tem tal lei anti-MGF. Os resultados sugerem que a MGF na Mauritânia começou a declinar vários anos antes da lei, indicando uma mudança de norma social pré-existente, com apenas uma ligeira aceleração após a lei ter sido instituída em 2005. Contudo, encontraram um padrão semelhante no Mali, indicando que o quadro legal nacional não foi o único fator nesta tendência decrescente (Cetorelli et al., 2020).

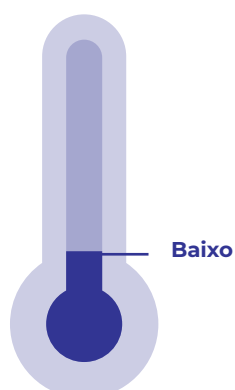
O Programa de Empoderamento Comunitário da Tostan International na África Ocidental utiliza programas de educação informal, juntamente com outras atividades de mobilização comunitária, para apoiar as comunidades a alcançar objetivos auto-identificados. Entre várias comunidades na África Ocidental (incluindo Mali e Mauritânia), o Programa de Empoderamento Comunitário tem sido eficaz na mudança das normas de género que sustentaram o casamento infantil e a MGF. Para além do apoio ao fim da MGF e do casamento infantil, o programa levou ao aumento do acesso a serviços de saúde e educação para mulheres e raparigas, ao aumento da consciencialização e a mudanças de atitudes em relação aos direitos humanos, à igualdade de género e à educação das raparigas, bem como à alteração de normas sociais nocivas que sustentam a violência baseada no género. A abordagem de Tostan visa **evitar o imperialismo cultural e, em vez disso, apoiar as comunidades para alcançar objetivos auto-determinados**. Demonstra também a importância de trabalhar com homens e rapazes, e líderes tradicionais e religiosos, para alcançar e sustentar a mudança das normas sociais e promover resultados positivos para a igualdade de género e a educação das raparigas (Cislaghi, 2019; Butt, 2020).

MOÇAMBIQUE

VISÃO GLOBAL DO GÊNERO E DA EDUCAÇÃO

Índice de Género e das Instituições Sociais (SIGI), nível de discriminação de género

(UNESCO, 2020)



Mulheres professoras

Ens. primário



Ens. secundário



(UNESCO, 2020)

Deficiência e inclusão



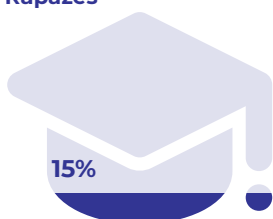
14%

14% das crianças fora da escola têm deficiências

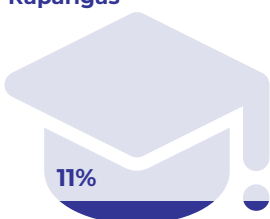
(PGE, 2018)

Taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário

Rapazes



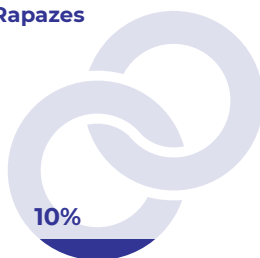
Raparigas



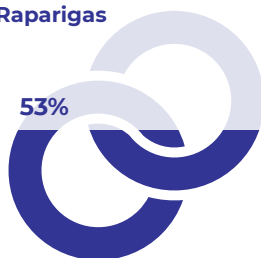
(UNICEF, 2021)

Taxa de casamento

Rapazes



Raparigas



(AIS, 2015)



Taxa de gravidez precoce

(UNESCO, 2020)

VISÃO GERAL DA POLÍTICA NACIONAL E DO CONTEXTO LEGAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO E EDUCAÇÃO

O atual Plano do Sector da Educação em Moçambique é o **Plano Estratégico da Educação (PEE) 2020-2029**. Aborda o género em todo o plano e inclui o género como um dos principais pilares do mesmo.

Em 2020 foi emitido um plano de resposta de emergência para o sector da educação, em resposta à Covid-19 e à recuperação pós-ciclone: **Programa de Educação em Emergência (EeE) 2020-2021**.

Em dezembro de 2018, Moçambique revogou um decreto nacional que exigia que as raparigas grávidas estudassem nas escolas do turno da noite. Atualmente, não existe uma política que proteja o direito das raparigas a permanecerem na escola ou que regule a forma como as escolas devem apoiar as raparigas grávidas e as mães adolescentes.

Como resultado de anos de esforços do governo, da sociedade civil e de organizações baseadas nos direitos, em dezembro de 2019 o Parlamento moçambicano aprovou a sua **primeira lei que criminaliza o casamento infantil**. A idade mínima de casamento é de 18 anos sem exceções.

Em 2021, Moçambique lançou um novo mecanismo multissetorial para a prevenção, denúncia, encaminhamento e resposta à violência contra crianças nas escolas.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES: AS NORMAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

Moçambique tem enfrentado várias crises nos últimos anos, incluindo desastres naturais e insegurança, agravando questões de pobreza e vulnerabilidade em todo o país (OCHA, 2021a). Os desafios da **falta de saneamento e das longas distâncias até à escola foram exacerbados em áreas afetadas por desastres naturais**, tais como quando os ciclones Kenneth e Idai destruíram salas de aula e escolas (UNICEF, 2019b). Devido ao ciclone Idai, as escolas nas províncias de Manica e Gaza foram fechadas, mesmo antes da Covid-19, resultando em algumas raparigas terem estado fora da escola durante mais de um ano. **A maioria das raparigas tem um acesso muito limitado às tecnologias** necessárias para participar nos programas de ensino à distância que foram postos em prática pelo governo nacional, pelo que não puderam participar no ensino à distância (GEC, 2021).

O casamento infantil, a gravidez precoce e a violência baseada no género na escola são questões-chave que afetam o acesso, a participação e o sucesso das raparigas na educação. De acordo com os dados do inquérito nacional, cerca de 1 em cada 4 mulheres em Moçambique já foram vítimas de violência durante a sua vida. As taxas de violência nas escolas são ainda mais elevadas, com 80% das alunas que relatam ter sofrido alguma forma de violência (Parkes e Heslop, 2013). Para as raparigas em particular, a exploração e o abuso sexual são preocupações importantes, incluindo casos de professores homens que pedem favores sexuais a raparigas em troca de aprovação nas classificações (Van Deijk, 2007). **O elevado risco de VBGE em Moçambique pode exacerbar ainda mais o ceticismo dos pais em relação à qualidade e aos baixos benefícios da educação das raparigas**, reforçando as disparidades de género existentes (Roby et al., 2009).

As ideias do projeto Stop Violence Against Girls in School (Para a violência contra as raparigas na escola) da ActionAid em Moçambique, Gana e Quênia sublinham a importância de identificar as estruturas económicas, socioculturais, políticas e educacionais que sustentam a violência contra as raparigas na escola. Explorar a VBGE desta forma pode aumentar a compreensão das formas como as normas de género e a aceitação social da violência influenciam a propensão das raparigas para denunciar a violência em ambientes escolares, bem como as interpretações que as suas famílias fazem desta violência (Parkes e Heslop, 2013; Parkes et al., 2016).¹⁵ Estes estudos **destacam a necessidade de abordagens a vários níveis para melhor compreender as causas profundas da VBGE e para desafiar e transformar as normas sociais nocivas que a sustentam**. A capacitação dos alunos, professores, pais e decisores políticos para identificar, prevenir e responder à VBGE é crucial. Em 2022, a Iniciativa de Prioridade ao Género (GCI) está a dar apoio ao Ministério da Educação moçambicano para reforçar os esforços para combater a VBGE. A UNGEI está a trabalhar com o Ministério da Educação, o escritório do UNICEF no país e especialistas de género para realizar um mapeamento dos mecanismos de prevenção e resposta existentes à VBGE. Com base nos resultados do mapeamento, um curso contextualizado sobre VBGE será desenvolvido e ministrado pela UNGEI ao pessoal Ministério da Educação a nível central e descentralizado (UNGEI, 2022).

Tal como os resultados de outros estudos de caso de outros países da GCI, os **meios de comunicação social e a comunicação a nível comunitário são entendidos como uma plataforma importante através da qual as iniciativas de transformação da norma social podem ser realizadas de forma culturalmente apropriada e contextualmente específica em Moçambique**, com amplas possibilidades de difusão (Riley, 2017). De acordo com o UNICEF, as crenças, as atitudes e os comportamentos da maioria dos jovens moçambicanos em determinadas questões, incluindo saúde e papéis de género, são moldados pelas culturas e tradições locais. As instituições comunitárias, os líderes religiosos e os líderes de opinião, tais como madrinhas e matronas (parteiras tradicionais) que estão envolvidas nos ritos de iniciação das raparigas são atores chave na transmissão e sustentação

15 Os resultados e nuances do programa Stop Violence Against Girls in School no Gana e em Moçambique estão documentados no [Resumo técnico: Envolver as comunidades no diálogo sobre normas de género para combater a violência sexual nas escolas e em torno delas](#) (2016) preparado pelo Grupo de Trabalho Global para Acabar com a VBGE.

destas normas e comportamentos. Os **baixos níveis de alfabetização, especialmente entre as mulheres, significam que o acesso à informação é principalmente oral, destacando a importância da comunicação a nível comunitário**, especialmente as emissões de rádio nas línguas locais, bem como a comunicação presencial para promover atitudes positivas em relação à igualdade de género e à educação das raparigas.

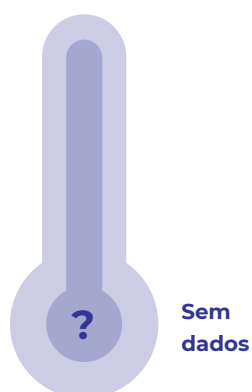
Na Província da Zambézia, a Oxfam Novib tem apoiado organizações locais, através de financiamento e apoio técnico, para reforçar a sua capacidade institucional de promover a igualdade de género, particularmente na educação. A Associação Moçambicana de Mulheres e Educação (AMME) selecionou e formou 30 ativistas (homens e mulheres) para promover discussões nas comunidades, escolas e igrejas sobre saúde reprodutiva, infeções sexualmente transmissíveis e violência baseada no género. Através de uma combinação de abordagens baseadas na comunidade, a AMME foi capaz de **promover mudanças socioeconómicas e culturais que contribuiram para a continuação das raparigas na escola** (Taimo, 2015).

NIGER

VISÃO GLOBAL DO GÊNERO E DA EDUCAÇÃO

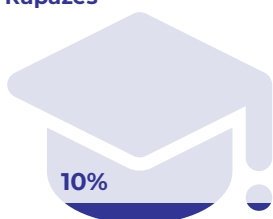
Índice de Género e das Instituições Sociais (SIGI), nível de discriminação de género

(UNESCO, 2020)

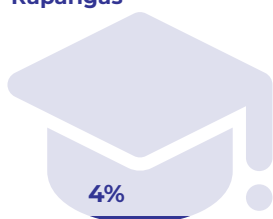


Taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário

Rapazes



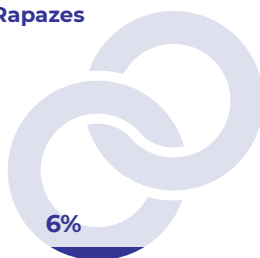
Raparigas



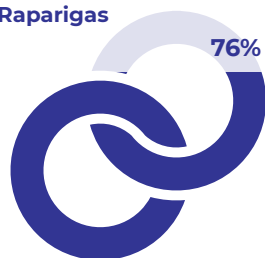
(UNICEF, 2021)

Taxa de casamento

Rapazes



Raparigas



(DHS, 2012)

Mulheres professoras

Ens. primário



Ens. secundário



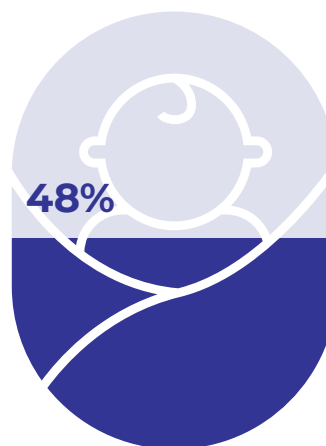
(UNESCO, 2020)

Gestão da higiene menstrual



40% das raparigas inquiridas em quatro regiões relataram ter faltado às aulas pelo menos um dia por mês devido aos seus períodos e à falta de instalações sanitárias nas escolas diferentes para rapazes e raparigas

(UN Women and WSSCC, 2017)



Taxa de gravidez precoce

(UNESCO, 2020)

VISÃO GERAL DA POLÍTICA NACIONAL E DO CONTEXTO LEGAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO E EDUCAÇÃO

O atual Plano do Sector da Educação do Níger é o **Plan de transition du secteur de l'éducation et de la formation (PTSEF) 2020-2022**. O Níger não tem uma política de educação inclusiva.

Em 2017, o Níger adotou um decreto sobre a proteção e o apoio às alunas, o **Décret présidentiel pour la protection, le soutien et l'accompagnement de la jeune fille**.

O Níger tem uma **Estratégia Nacional para a Prevenção e Resposta à Violência Baseada no Género (2017 - 2021)** e uma **Estratégia Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência (2015-2020)**.

Ao Níger falta uma política ou legislação que proteja o regresso à escola e o direito à educação das mães adolescentes.

Nos termos do Código Civil de 1993, a idade mínima legal do casamento é de 15 anos para as raparigas e de 18 anos para os rapazes. Existem exceções para que os menores se casem mais cedo com o consentimento dos pais. No entanto, a maioria das uniões no Níger tem lugar ao abrigo da lei consuetudinária e, portanto, não estão registadas.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES: AS NORMAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

As décadas de instabilidade política, os conflitos armados, a insegurança alimentar e as crises relacionadas com o clima contribuíram para desafios humanitários complexos e deslocamentos de grandes populações no e para o Níger. A seca e as inundações têm causado graves danos às infraestruturas escolares, aumentando as já longas distâncias que muitas crianças têm de percorrer até à escola (UN Women and WSSC, 2017; UNICEF, 2020c). O casamento infantil, a gravidez precoce e as normas sociais que regem os papéis das raparigas e das mulheres contribuem para acentuar as desigualdades de género no Níger, incluindo na educação. **O valor das raparigas está muitas vezes alinhado com a prestação de cuidados, potenciais perspetivas de casamento e as suas contribuições para a economia doméstica** (Perlman et al., 2018; Samandari et al., 2019). Embora nos últimos anos tenham sido promulgadas leis, políticas e estratégias importantes para combater a violência baseada no género e promover a igualdade de género, as leis consuetudinárias concorrentes criam ambiguidades para os detentores de direitos e portadores de deveres, resultando numa aplicação desigual (UNICEF, n.d.).

O Níger tem a maior taxa de casamento infantil a nível mundial. A pobreza, a manutenção de tradições e normas sociais e religiosas, e o medo da desonra da gravidez fora do casamento são importantes fatores impulsionadores (Perlman et al., 2018). A ligação entre os baixos níveis de educação e o casamento infantil é particularmente evidente no Níger. De acordo com a Girls Not Brides, a percentagem de mulheres hoje entre os 20 e os 24 anos casadas ou em união de facto desde os 18, era de 81% entre as que não frequentaram a educação formal, 63% entre as que frequentaram a educação primária, e apenas 17% entre as mulheres com o ensino secundário ou superior. O poder de intervenção das raparigas adolescentes nas decisões da vida, incluindo o casamento e a educação, é fortemente constrangido por fatores sociais e económicos externos. **O contexto nigeriano sublinha o consentimento parental e a aprovação da comunidade, normas de género que ditam a distribuição dos papéis laborais e domésticos e normas sociais dominantes que promovem uma “janela de oportunidade” precoce e estreita para o casamento** (Saul et al., 2021). O casamento pode ser visto como um caminho para a liberdade das raparigas, embora de formas contraditórias. O casamento dá liberdade a uma rapariga, porque ela é libertada da autoridade dos seus pais e pode gerir a sua própria casa. Ao mesmo tempo, a liberdade das raparigas - incluindo a de procurar oportunidades sociais, económicas e educacionais - pode ser restringida de acordo com a vontade do seu marido (Versluys, 2019). **Embora as normas sociais sejam um importante motor do casamento infantil, elas também são reforçadas através da sua prática.** As raparigas que se casam cedo podem ser mais suscetíveis de apoiar normas desiguais de género (Shakya et al., 2020).

O estigma, as normas restritivas e ramificações legais do uso de contraceptivos e a gravidez fora do casamento impulsionam a persistência do casamento infantil, da gravidez precoce e do abandono escolar entre as raparigas. O casamento e a gravidez são encarados como importantes ritos de passagem para alcançar o estatuto na sociedade nigeriana, e **poucos modelos femininos, tais como as professoras do nível secundário, estão disponíveis para demonstrar caminhos alternativos** (Perlman et al., 2018). Os casais recém-casados muitas vezes sentem a pressão das suas comunidades para engravidarem imediatamente e muitos indivíduos acreditam que o momento da gravidez está à altura da “vontade de Deus” (Samandari et al., 2019). Como tal, **é necessária uma abordagem holística para atrasar o casamento precoce e a maternidade e promover a educação das raparigas.** Os esforços de construção do conhecimento e de sensibilização serão insuficientes para transformar as normas que estão na base destas práticas. Pelo contrário, **as intervenções devem funcionar tanto para transformar as normas da comunidade como para abordar os fatores estruturais que influenciam estas decisões** (Saul et al. 2021; Shakya et al., 2020). As intervenções devem também visar os membros da família imediata das raparigas (por exemplo, maridos, pais, sogros), líderes locais e religiosos influentes, e a comunidade em geral para apoiar a transformação das normas sociais e explorar caminhos alternativos e aceitáveis para as raparigas, que promovam a educação e o empoderamento económico (Samandari et al., 2019).

As normas sociais definem o significado da educação das raparigas no Níger, que é muitas vezes enfatizada pela educação tradicional não formal e religiosa. O casamento pode ser visto como a realização final da 'boa educação' que uma família ofereceu à sua filha e, uma vez casada, é o marido que se torna o seu principal 'educador' (Versluys, 2019). A educação formal para raparigas é valorizada em princípio, mas na prática, existe uma incompatibilidade entre a educação formal, tarbiyya (educação em casa) e mahamadiya (educação islâmica). **Reconhecer estas tensões, e o contexto pós-colonial em que estão enraizadas, é essencial para adaptar ou desenvolver estratégias que promovam a educação para raparigas sem comprometer valores importantes** (Hartman-Mahmud, 2011). Os maridos das raparigas são peças fundamentais e devem estar envolvidos nestes esforços. Algumas áreas de preocupação citadas pelos maridos relativamente à educação formal incluem a quantidade de tempo que as raparigas passam na escola versus em casa, a distância da escola da aldeia e a necessidade de mais professoras (Versluys, 2019). É importante **um maior reconhecimento da crescente procura de educação não formal** a nível estatal. O aumento dos recursos financeiros, a recolha de dados, a monitorização e as medidas de garantia de qualidade são importantes para organizar a educação não formal, dotada de recursos e regulada da mesma forma que a educação formal.

A Save the Children criou o programa Marriage No Child's Play (O Casamento não é uma Brincadeira de Crianças) que promove a educação e o empoderamento das raparigas que casaram antes dos 18 anos nas regiões de Maradi e Tillabéri no Níger. As raparigas frequentam aulas de alfabetização, sessões de sensibilização sobre o casamento infantil, direitos das crianças e SDR, bem como formação em atividades geradoras de rendimentos. O programa enfatiza a alfabetização e a formação profissional, em vez da reintegração no sistema de educação formal. As raparigas que participaram no programa indicaram os **impactos positivos das aulas de alfabetização ao permitir-lhes ler e escrever e aplicar estas competências às suas atividades económicas**. Além disso, relataram também ser mais capazes de ajudar os seus filhos com os trabalhos de casa e encorajá-los a ter bom desempenho na escola (Versluys, 2019).

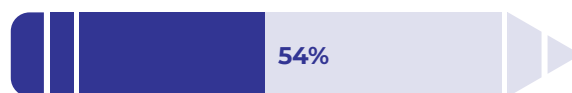
No Níger - e em todos os países da GCI - existem grandes diferenças na forma como os objetivos internacionais e o discurso em torno dos direitos, género e educação são interpretados pelos intervenientes nacionais. Como tal, os **direitos universais das raparigas e os modelos de educação podem inadvertidamente desviar-se e afastar os valores tradicionais como não tendo importância**. O contexto pós-colonial do Níger deve, portanto, ser considerado nas intervenções que procuram transformar normas sociais nocivas na educação e através da educação. Há necessidade de compreender como a educação, tanto formal como não formal, pode ser adaptada de uma forma culturalmente apropriada e mais apelativa para as famílias, integrando aspetos importantes do contexto religioso, cultural e material em que as escolas estão inseridas. Além disso, para ser eficaz, **qualquer ação de sensibilização ou mobilização social para abordar as normas sociais deve considerar a compreensão das partes interessadas sobre os direitos ou desigualdades de que estão a ser alvos** (Greany, 2008; Hartman-Mahmud, 2011; Amili e Di Paolo, 2019).

NIGÉRIA

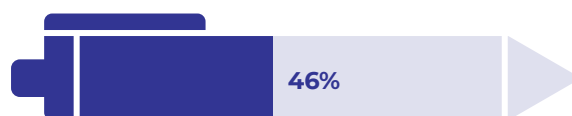
VISÃO GLOBAL DO GÊNERO E DA EDUCAÇÃO

Mulheres professoras

Ens. primário



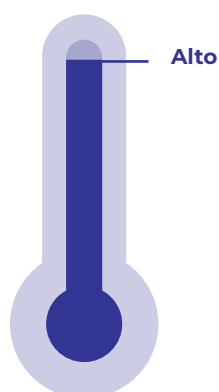
Ens. secundário



(Banco Mundial, 2018)

Índice de Género e das Instituições Sociais (SIGI), nível de discriminação de género

(UNESCO, 2020)



Deficiência e inclusão

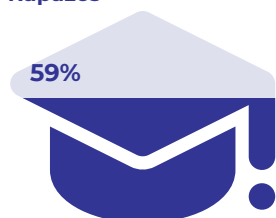


Estima-se que **50%** das crianças fora da escola têm deficiências

(Mizunoya et al., 2016)

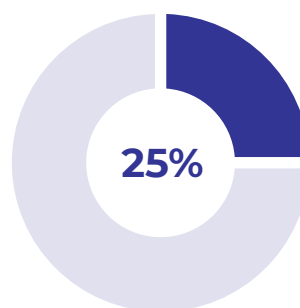
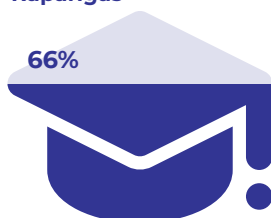
Taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário

Rapazes



(UNICEF, 2021)

Raparigas

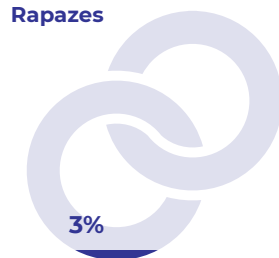


Raparigas e mulheres entre os 15 e os 49 anos de idade que tenham sofrido alguma forma de MGF

(DHS, 2013)

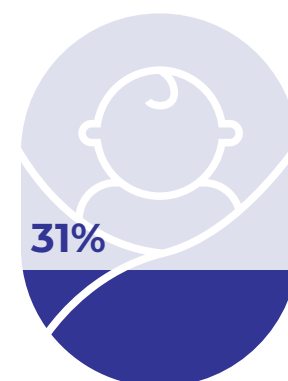
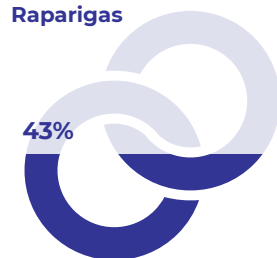
Taxa de casamento

Rapazes



(DHS, 2018)

Raparigas



Taxa de gravidez precoce

(UNESCO, 2020)

VISÃO GERAL DA POLÍTICA NACIONAL E DO CONTEXTO LEGAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO E EDUCAÇÃO

A Nigéria tem um **Plano Estratégico Ministerial** a nível federal (**2018-2022**) para o sector da educação. No entanto, o planeamento do sector é, em grande parte, conduzido a nível estatal. A **Política Nacional de Género na Educação Básica de 2006** está em processo de revisão.

Em 2020 foram feitos dois planos de resposta para o sector educacional da Nigéria: (i) o **Plano de Contingência Covid-19 do Sector da Educação**; e (ii) a **Estratégia de Resposta do Sector da Educação da Nigéria à Covid-19 no Nordeste**.

A Nigéria tem uma lei que protege o direito das raparigas grávidas a permanecerem na escola ou a retomarem os estudos. No entanto, nenhuma política estipula o processo de regresso à escola a ser seguido pelas escolas (HRW, 2018).

O governo federal desenvolveu um sistema multisectorial, a **Estratégia Nacional para Acabar com o Casamento Infantil na Nigéria (2016-2021)**.

Embora a **Lei Federal dos Direitos da Criança de 2003** proíba o casamento de menores de 18 anos, a constituição nigeriana contém disposições que parecem entrar em conflito com esta posição. Alguns estados não conseguiram adotar ou aplicar a lei federal e os 18 anos como idade legal para casar.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES: AS NORMAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

A Nigéria é um país grande, diversificado e descentralizado, e a situação da educação das raparigas e a igualdade de género na educação varia entre estados e entre as áreas rurais e as urbanas. De acordo com o Fundo Malala, estima-se que mais de 10 milhões de crianças estejam fora da escola na Nigéria. As raparigas representam 60% das crianças fora da escola, enfrentando barreiras tais como o casamento infantil, pobreza e normas discriminatórias de género. 30% das raparigas com idades entre os 9 e os 12 anos nunca foram à escola. **Diferentes contextos legais, tradicionais e demográficos influenciam a prevalência do casamento infantil e da gravidez precoce, por exemplo, bem como as normas sociais que sustentam esta prática e limitam a educação das raparigas.**

Por exemplo, o Estado Imo, um estado predominantemente Cristão Igbo no sudeste da Nigéria, adotou a Lei dos Direitos da Criança em 2004. No entanto, o casamento infantil é um problema contínuo, com as raparigas a relatarem que as suas famílias foram os principais impulsionadores das decisões em torno do casamento. A gravidez precoce involuntária é muitas vezes considerada uma desonra para a família. Isto pode estar enraizado na lei consuetudinária de Igbo, que considera uma criança nascida fora do casamento como ilegítima, ou “árvore caída”. O casamento infantil pode, portanto, ser uma consequência da gravidez precoce, para prevenir a vergonha para a família com base na percepção da comunidade de que eles quebraram as normas sociais, e para assegurar o futuro financeiro das raparigas e dos seus filhos. No Estado de Kano, legislado pela Sharia, estão em curso discussões para implementar a Lei dos Direitos da Criança, e as taxas de casamento infantil estão entre as mais altas do país. As raparigas e mulheres jovens relatam que as **normas sociais discriminatórias e as atitudes sociais sexistas alimentam as decisões em torno do casamento infantil**, e que a pobreza aumenta a probabilidade de as famílias se voltarem para estas práticas nocivas. O casamento infantil é reforçado por papéis de género desiguais e pelo acesso limitado das raparigas ao poder de decisão, autonomia corporal, e direitos. Muitas raparigas casadas e mulheres jovens relatam ter pouco poder de decisão dentro das suas casas, com os seus maridos ou sogras a tomarem frequentemente decisões sobre as atividades geradoras de rendimentos das raparigas, cuidados de saúde, educação e parto (STC, 2021; HRW, 2022).

Na sociedade nigeriana, o valor das raparigas é muitas vezes determinado pelo seu papel como cuidadoras dos filhos e potenciais perspectivas de casamento e, inversamente, as raparigas podem ser vistas como encargos económicos para a família até se casarem, apesar da sua responsabilidade desproporcionada pelo trabalho doméstico (Kainuwa e Yusuf, 2013). A forte ênfase no casamento pode desencorajar as famílias de investirem na educação das raparigas, uma vez que estas acabarão por fazer parte do agregado familiar de outra pessoa. **As mulheres educadas podem estar ausentes e, em algumas comunidades, os níveis mais elevados de educação são ativamente evitados.** Mesmo nas famílias de classe média, os homens muitas vezes percebem as mulheres educadas como uma ameaça, e as mulheres podem não ter apoio social quando perseguem objetivos educacionais (Ogakwu, 2007). De acordo com o Índice de Normas Sociais de Género 2, 46,8% das pessoas inquiridas indicaram que a universidade é mais importante para um homem do que para uma mulher (UNDP, 2020). Estes preconceitos traduzem-se em disparidades de género no sector da educação e na sociedade, incluindo **um grande fosso salarial entre géneros que pode desencorajar ainda mais as famílias de investirem na educação das raparigas.**

Em Makoko, uma comunidade urbana de favelas localizada na Lagoa de Lagos, os rapazes geram rendimentos para as suas famílias ao conduzirem barcos. Devido às rígidas normas de género que ditam caminhos aceitáveis para a educação e atividades geradoras de rendimentos, as raparigas limitam-se muitas vezes a ajudar as suas famílias com pequenos negócios. As raparigas engravidam frequentemente ou casam-se cedo, perpetuando o ciclo de pobreza e de desempoderamento em Makoko. Em 2016, a **Iniciativa Kindle Africa Empowerment recrutou líderes tradicionais e religiosos e voluntários da comunidade, dando-lhes formação em técnicas de mudança de comportamento para facilitar os diálogos comunitários e familiares em torno da educação das raparigas e da formação de competências profissionais. Isto criou oportunidades para as raparigas**, expondo-

as a um vasto leque de competências, desde a concepção têxtil à confecção de calçado e a serviços de cabeleireiro, ao mesmo tempo que proporcionava a transformação das normas sociais que limitam as expectativas associadas e o investimento na educação das raparigas e nos caminhos de vida futura (UNICEF et al., 2021).

Os Estados do nordeste de Borno, Adamawa e Yobe, têm vindo a viver um conflito prolongado há mais de uma década. Desde o rapto de 279 alunas pelo grupo extremista Boko Haram em Chibok, em 2014, os raptos em massa de alunos continuaram, especialmente de raparigas, e centenas de crianças foram mortas, violadas, forçadas a casar-se ou a juntar-se ao grupo Boko Haram. No norte da Nigéria, **as ligações entre o extremismo e a educação tornaram-se particularmente evidentes**, com a insegurança e os ataques diretos às escolas a levar ao seu encerramento definitivo e à sua destruição. Para algumas famílias, tirar as raparigas da escola ou forçá-las a casar-se pode parecer protetor num ambiente de ataques, raptos e violência direcionados às escolas das raparigas. A capacidade dos pais para pagar as despesas escolares foi ainda mais afetada, limitando o investimento na educação das raparigas. Além disso, professores e alunos enfrentam traumas e questões complexas de saúde mental devido à violência (Cartner, 2018; Afzal, 2020; Amnistia Internacional, 2021; Chukwu, 2021).

No norte da Nigéria, e em muitos países africanos hoje em dia, muitas comunidades veem o sistema de educação pós-colonial imposto pelo Estado como ideologicamente oposto e insuficientemente representativo das suas crenças. A educação “ocidental” também é considerada responsável pelos maus resultados educativos e pela falta de oportunidades de emprego devido à sua imposição às populações durante a colonização (Izama, 2014; Afzal, 2020; Afolayan, 2021). Apesar do papel importante dos programas de educação não formais para assegurar os estudos dos alunos em muitos dos países da GCI e da forte procura social por uma educação não formal, os percursos de aprendizagem alternativos não são muitas vezes reconhecidos. Nos Estados do nordeste e noroeste do país, 29% e 35% das crianças muçulmanas, respetivamente, recebem educação corânica. O governo considera as crianças que frequentam tais escolas como estando oficialmente fora da escola (UNICEF, n.d.).

A programação da educação não formal pode ser particularmente importante para as raparigas adolescentes marginalizadas que são mais suscetíveis de abandonar ou não entrarem no sistema de educação formal devido ao casamento precoce, à gravidez precoce, a dificuldades financeiras e/ou a normas sociais. Portanto, os programas de educação não formal, incluindo aqueles que se concentram especificamente nas competências para a vida, são cruciais para assegurar que as mulheres e as raparigas não sejam deixadas para trás na educação (Kwauk et al., 2018). Por exemplo, nas comunidades conservadoras islâmicas do norte da Nigéria, os programas de educação não formal que respeitam as tradições socioculturais podem aumentar o apoio à educação das raparigas, para além de as dotar de competências de literacia e numeracia que podem promover oportunidades de trabalho fora de casa. Embora continue a ser necessário transformar as normas nocivas que restringem as oportunidades e liberdades das raparigas e das mulheres, a educação não formal pode oferecer resultados positivos para as mulheres e raparigas dentro de contextos religiosos conservadores e patriarcais (Afolayan, 2021).

O estudo Time to Teach do Centro de Pesquisa Innocenti do UNICEF indica que o aumento do número de professoras na Nigéria poderia ser uma estratégia promissora para promover um envolvimento mais positivo dos pais na educação, incluindo para as raparigas. Os resultados indicam que as professoras podem estar a receber mais apoio dos pais do que os seus colegas homens, sugerindo que o género dos professores é importante em termos de envolvimento parental. Estes resultados são consistentes com dados anteriores que sugerem que as **professoras nas escolas nigerianas são positivamente percebidas tanto pelos pais como pelos alunos, especialmente nas zonas rurais. São vistas como mobilizadoras eficazes da comunidade, envolvem-se frequentemente com os pais e os alunos**, e são geralmente mais encorajadoras, mais compreensivas e recorrem menos aos castigos corporais (FHI 360 e UNICEF Nigéria, 2017; Akseer e Jativa, 2021).

Implementada de 2013 a 2017, a Voices for Change (V4C) visou jovens de ambos os sexos (16 a 25 anos) nos Estados de Enugu, Kaduna, Kano e Lagos para reforçar o ambiente propício ao empoderamento

das mulheres jovens. Através da comunicação de massas e estratégias dos meios de comunicação, a V4C promoveu mudanças de normas em torno da violência contra raparigas e mulheres, da liderança das mulheres e do papel das mulheres na tomada de decisões domésticas. Além disso, os participantes foram apoiados através de formação e oficinas de trabalho para promover o pensamento alternativo e criar estratégias para desafiar normas sociais usando conceitos, abordagens e linguagem cultural e contextualmente apropriados. As mensagens de advocacia desenvolvidas pelos principais membros da sociedade foram amplamente difundidas por influentes líderes religiosos e tradicionais, estações de rádio, homens e rapazes (Voices for Change, 2017; Welsh et al., 2017).

Dado o foco da Estratégia de Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (GEWES) 2018-2028 da União Africana em estratégias de mobilização da comunidade e dos meios de comunicação social para a transformação das normas sociais, muitas das lições aprendidas com a V4C poderiam informar iniciativas futuras na Nigéria e noutros países da GCI. A V4C recomenda o uso de uma estratégia de marketing integrada (por exemplo, combinando os meios de comunicação tradicionais com os meios de comunicação social) e ligando as atividades dos meios de comunicação à ação local (Desai, 2017). A V4C também enfatizou a importância da formação e sensibilização sobre género e masculinidade (isto é, não se limitando à importância da educação das raparigas) que utilizam **aprendizagem experimental, metodologias participativas e orientadas para a ação para permitir que homens e rapazes questionem e desafiem atitudes e comportamentos patriarcais**. Outras reflexões destacam a importância de uma linguagem apropriada ao contexto. Por exemplo, a V4C descobriu que os líderes religiosos e tradicionais preferiam o termo “justiça de género” ao termo “igualdade de género”, pois ressoava melhor com os valores espirituais de justiça e paz promovidos pelos seus ensinamentos religiosos (Welsh et al., 2017).

SERRA LEOA

VISÃO GLOBAL DO GÊNERO E DA EDUCAÇÃO

Mulheres professoras

Ens. primário



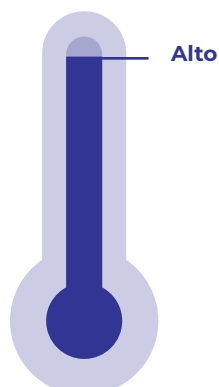
Ens. secundário



(UNESCO, 2020)

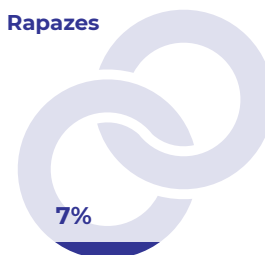
Índice de Género e das Instituições Sociais (SIGI), nível de discriminação de género

(UNESCO, 2020)



Taxa de casamento infantil

Rapazes



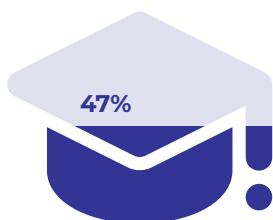
Raparigas



(MICS, 2017)

Taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário

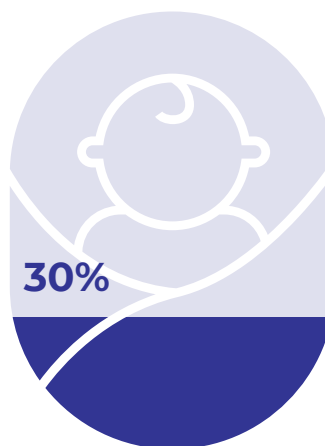
Rapazes



Raparigas



(UNICEF, 2021)



Taxa de gravidez precoce

(UNESCO, 2020)

VISÃO GERAL DA POLÍTICA NACIONAL E DO CONTEXTO LEGAL DO GÊNERO E EDUCAÇÃO

O atual **Plano do Sector da Educação (2018-2020)** da Serra Leoa contém disposições para apoiar as raparigas na educação. Está centrado na melhoria das taxas de transição das raparigas para o ensino secundário e na abordagem da violência e exploração sexual nas escolas. A GCI apoiou a Serra Leoa na publicação do seu novo Plano do Sector da Educação em março de 2022.

A GCI, em 2020 apoiou o governo da Serra Leoa na publicação da sua **Análise do Sector da Educação**, que, pela primeira vez, incluiu um capítulo dedicado especificamente à análise do género.

O **Plano de Resposta de Emergência ao Covid-19 na Educação** da Serra Leoa inclui ações específicas para mitigar os riscos de violência baseada no género e a gravidez precoce, combater as normas de género que impedem as oportunidades de aprendizagem, em particular das raparigas, e apoiar o regresso das raparigas à escola.

Em 2019, foi lançada uma task-force governamental para a violência baseada no género na escola para lidar com as elevadas taxas de VBGE sobre os alunos, e sobre as raparigas em particular.

A **Estratégia Nacional para a Redução da Gravidez na Adolescência e do Casamento Infantil (2018-2022)** da Serra Leoa orienta a priorização de intervenções baseadas em dados concretos para reduzir a gravidez na adolescência e o casamento infantil. Para a sua implementação, a estratégia reúne os ministérios da saúde, educação, género, assistência social, e infância e juventude, parceiros de desenvolvimento e atores comunitários, bem como grupos de jovens e instituições de educação não-forma. As ações incluem um maior acesso à educação sexual abrangente, a melhoria das instalações de gestão da higiene menstrual e campanhas de mudança de comportamento social para combater as normas que perpetuam a gravidez precoce e o casamento infantil.

Na Serra Leoa a **Lei dos Direitos da Criança de 2007** fixa a idade mínima legal para o casamento nos 18 anos. No entanto, a **Lei Consuetudinária do Casamento e Divórcio de 2009** permite que crianças menores de idade se casem com o consentimento dos pais e não estipula uma idade mínima de casamento. A Estratégia Nacional para a Redução da Gravidez na Adolescência e do Casamento Infantil visa harmonizar estes instrumentos legais para melhor abordar estas realidades.

A Serra Leoa adotou uma **Política Nacional de Inclusão Radical nas Escolas** em março de 2021. A política reafirma o direito das raparigas grávidas e das mães adolescentes à educação, sem condições ou restrições. A política estipula que essas raparigas devem ser apoiadas para compensar as aulas perdidas e que devem poder adiar os exames escolares até estarem preparadas.

Em março de 2020, na sequência de uma decisão do Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, a Serra Leoa **revogou uma proibição que vigorava há dez anos, que impedia as raparigas grávidas e mães adolescentes de frequentarem a escola pública.**

PRINCIPAIS CONCLUSÕES: AS NORMAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

A Serra Leoa tem feito progressos significativos na educação, particularmente para as raparigas. De 2000 a 2018, as taxas de conclusão primária das raparigas aumentaram mais de 40 pontos percentuais (UNESCO, 2020). **Enquanto as raparigas se matriculam e completam a escola primária a taxas equivalentes ou superiores às dos rapazes, na transição do primeiro para o segundo nível do ensino secundário inverte-se esta tendência**, com maiores proporções de rapazes a terminarem este nível de ensino (República da Serra Leoa, 2021). Nas zonas rurais pobres, as raparigas fazem apenas cerca de metade do percurso escolar dos seus colegas rapazes (IIEP-UNESCO, 2020). A pobreza, a gravidez precoce, o casamento infantil, o trabalho infantil, a VBGE e as normas desiguais de género são alguns dos fatores chave que determinam as disparidades de género na educação.

A guerra civil de 1991-2002, seguida pela epidemia de Ébola de 2014-2016, resultou num elevado número de mortes, feridos, deslocados e violência sexual contra mulheres e homens (Denney et al., 2015). Nove meses de encerramento de escolas para parar a propagação do Ébola colocaram em evidência as desigualdades de género existentes. As raparigas vivenciaram um aumento no abandono escolar, no casamento infantil e gravidez precoce, na violência baseada no género e na exploração sexual para a sobrevivência económica. As raparigas também suportaram um fardo mais pesado de responsabilidades domésticas, particularmente nos casos em que a mãe morreu (Rothe, 2015; Universalía, 2018; Bandiera et al., 2020). Mesmo antes da crise do Ébola, a gravidez entre as raparigas do ensino primário e secundário era notada como um fator significativo no abandono escolar das raparigas (Coinco e UNICEF, 2008).

Tais **crises desencadeiam consequências sociais e económicas e geracionais a longo prazo, incluindo para a educação das raparigas**: durante a próxima década, mais 13 milhões de raparigas poderão ser forçadas a casar cedo por pais com dificuldades económicas (República da Serra Leoa, 2021). A gravidez precoce é sustentada pelas normas consuetudinárias e práticas de iniciação (Wessells et al., 2014). A lei consuetudinária varia em toda a Serra Leoa e, em alguns casos, vê as raparigas como prontas para o casamento após a conclusão da iniciação, o que, por sua vez, aumenta as hipóteses de gravidez precoce e, conseqüente, de abandono escolar (Denney et al., 2015). Na Serra Leoa, a programação para abordar a gravidez precoce tem-se concentrado frequentemente na mudança de comportamento das raparigas através de um melhor acesso aos serviços SDR e à educação em torno da gravidez, colocando assim a responsabilidade nas próprias raparigas. Tais abordagens **ignoram as normas socioculturais e as dimensões económicas e de justiça que perpetuam esta questão** (Denney e Gordon, 2016).

As elevadas taxas de violência sexual contra mulheres e raparigas na Serra Leoa são agravadas por um clima de impunidade em que as vítimas são frequentemente culpabilizadas e as respostas de justiça são fracas ou inacessíveis (Denney et al., 2016). Impulsionadas por normas de género e dinâmicas de poder desiguais, estas tendências de toda a sociedade são replicadas em contextos escolares. Em casos de exploração sexual para atribuição de notas pelos professores e outras formas de VBGE, a culpa é frequentemente atribuída aos abusados, sendo os perpetradores retratados como vítimas que não conseguiram controlar-se a si próprios (Reilly, 2014). **O próprio sistema escolar também pode aumentar a vulnerabilidade das raparigas à VBGE**, com a ausência de educação sexual abrangente de qualidade, a falta de transporte seguro de e para a escola e as raparigas mais velhas a serem enviadas para a escola (Castillejo et al., 2021).

Os professores e o pessoal escolar reproduzem frequentemente as normas de género prevalentes nas salas de aula. Por conseguinte, é **importante que os professores tenham a formação, espaços seguros e apoio para refletir criticamente sobre as suas atitudes e valores relacionados com a igualdade de género** e desenvolver empatia com as alunas. A iniciativa 'Sindicatos da Educação Tomam Medidas para Acabar com a Violência Baseada no Género na Escola', implementada em sete países da África Subsaariana de 2016 a 2019, baseou-se no sistema de Aprendizagem Prática para a

Igualdade de Género (GAL)¹⁶ que apoiou os professores a compreender a natureza da desigualdade de género nos seus contextos e a estabelecer iniciativas lideradas pelos sindicatos para combater a VBGE. A iniciativa GAL foi apresentada aos sindicatos de professores da África Ocidental em 2018, onde decorreram esforços para combater a VBGE durante vários anos. O Sindicato dos Professores da Serra Leoa tem vindo a combater a VBGE através dos meios de comunicação sociais e de campanhas, alavancando a televisão nacional, a rádio, jornais e o boletim informativo do sindicato para sensibilizar o público para a necessidade de acabar com a VBGE e capacitar os professores para se tornarem agentes ativos e acabar com a violência nas escolas (UNGEI em al., 2018).

O **trabalho infantil, sustentado pela pobreza e normas de género, continua a ter um impacto negativo na educação na Serra Leoa**. 39% dos rapazes e 38% das raparigas dos 5 aos 17 anos no país estão envolvidos em trabalho infantil, sendo os rapazes mais suscetíveis de se envolverem em atividades económicas e as raparigas mais suscetíveis de se envolverem em trabalho doméstico ou informal, o que pode aumentar o seu risco de assédio e exploração sexual (MICS, 2017). 67% dos rapazes e 53% das raparigas que abandonam a escola fazem-no por razões económicas (IIEP-UNESCO, 2020). Para as raparigas, **existe uma expectativa generalizada de que uma vez atingida a adolescência, devem começar a satisfazer as suas próprias necessidades materiais e a fornecer apoio financeiro à sua família**. A norma social segundo a qual as raparigas adolescentes devem contribuir para as finanças familiares pode resultar em que as raparigas se tornem vendedoras ambulantes, pondo-as em risco de assédio sexual, violência e exploração. Tais expectativas podem também forçar as raparigas a fazer sexo transacional para terem acesso a bens para elas próprias (por exemplo, produtos de higiene menstrual) ou para o seu agregado familiar. Ao mesmo tempo, os **membros da comunidade e até as próprias raparigas, podem sobrestimar a sua autodeterminação** na escolha se querem fazer sexo ou usar contraceptivos. Por exemplo, a noção de que “as raparigas devem concentrar-se nos seus estudos e ignorar os avanços dos homens para evitar a gravidez” não reconhece as realidades sociais e económicas que influenciam fortemente a tomada de decisões e a autodeterminação das raparigas (Castillejo et al., 2021).

Nos últimos anos, o ativismo e os mecanismos de responsabilização têm ajudado a mobilizar a vontade política e os compromissos para proteger o direito das raparigas grávidas à educação na Serra Leoa. Em 2015, a legislação oficial proibiu as raparigas grávidas de irem à escola. Em 2019, após vários anos de ativismo, a proibição foi considerada discriminatória pela CEDEAO e o governo foi considerado em violação dos artigos 2.º e 12.º do Protocolo de Maputo, que apela aos Estados Partes para eliminar a discriminação contra as mulheres e raparigas e garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação. Em março de 2020, a proibição foi levantada, e o governo anunciou duas novas políticas centradas na “inclusão radical” e na “segurança abrangente” de todas as crianças no sistema educativo (República da Serra Leoa, 2020; UNESCO, 2020). No contexto da pandemia, estas políticas têm servido para facilitar o regresso à escola de raparigas grávidas e jovens mães em idade escolar. Com um aumento previsto da gravidez na adolescência durante o encerramento das escolas pela Covid-19, foi dada uma maior ênfase aos fatores favoráveis que impulsionam tais avanços políticos, e à sua aplicabilidade em diferentes contextos (ADEA et al., 2021).

A Serra Leoa tem uma das taxas de casamento infantil mais baixas entre os países da GCI. A incidência é tipicamente mais alta nas zonas rurais devido a uma maior adesão às normas tradicionais, a menos oportunidades económicas e educacionais para as raparigas e a níveis de pobreza mais elevados. As raparigas dos agregados mais pobres e as que vivem em zonas rurais enfrentam o dobro do risco de se casarem antes de completarem 18 anos, em comparação com as raparigas dos agregados mais ricos e as que vivem em zonas urbanas (República da Serra Leoa, 2018). **O casamento infantil está**

16 A Aprendizagem Prática para a Igualdade de Género (GAL) é uma abordagem desenvolvida pela Gender at Work. A GAL usa a aprendizagem experimental, baseada em pares, para permitir que as pessoas lidem com dinâmicas de poder baseadas no género a nível individual, organizacional e comunitário. Na iniciativa ‘Sindicatos da Educação Tomam Medidas para Acabar com a Violência Baseada no Género na Escola’, a GAL permitiu a cada sindicato testar as suas próprias abordagens para combater a VBGE, e partilhar a experiência com os outros (UNGEI et al., 2018).

profundamente enraizado nas normas sociais dominantes que constroem os papéis de gênero e o processo dos ritos de passagem. Também pode ocorrer em resposta à gravidez precoce, para que o marido possa cuidar da mãe adolescente e do seu bebê. A Save the Children lançou o projeto Right to be a Girl (O Direito a ser uma Rapariga) na Serra Leoa e promove a educação e formação para raparigas casadas antes dos 18 anos e que não têm atualmente acesso à educação. As raparigas participam na formação profissional e formação em competências para a vida, espaços seguros, e sessões de sensibilização sobre casamento infantil, direitos das crianças e SDR. Na Serra Leoa, tanto as raparigas casadas como os seus maridos elogiaram a formação vocacional e empresarial ministrada através de contextos de educação não formal. As raparigas puderam obter um rendimento e sentir-se mais confiantes e autossuficientes, sem comprometer os seus valores e responsabilidades tradicionais (Versluys, 2019).

Dada a evidência existente sobre os catalisadores que alimentam as questões da gravidez na adolescência, do casamento infantil e do abandono escolar das raparigas na Serra Leoa, a programação e política futuras devem ir além do reforço dos conhecimentos, atitudes e competências individuais das raparigas. Esta abordagem pode **dar demasiada ênfase à autodeterminação e ao poder das raparigas sobre as suas circunstâncias sociais e económicas, preterindo o papel das normas sociais** e fatores tais como a pobreza, limitações aceites a nível das opções económicas, educacionais e sociais que pesam sobre elas, bem como outros desequilíbrios de poder baseados no gênero. Embora seja importante dar poder às mulheres e raparigas para não aceitarem normas sociais negativas, é também imperativo considerar e **envolver homens e rapazes de forma significativa para que esta mudança seja sustentável.** Isto também pode ajudar a evitar o aumento inadvertido da violência contra as mulheres e raparigas e o insucesso dos esforços de transformação da norma social em geral (Mocan e Cannonier, 2012; Versluys, 2019; Castillejo et al., 2021). Os dados revelam, felizmente, que **após a guerra civil, as normas de gênero na Serra Leoa estão em curso.** Por exemplo, as ideias tradicionais sobre o valor do casamento precoce sentam-se hoje ao lado de ideias mais recentes sobre a importância da educação das raparigas. Tais mudanças podem criar espaço para novas normas e práticas que podem fazer avançar a igualdade de gênero e a educação das raparigas. Os indicadores de desvio positivo¹⁷, por exemplo, situações em que as mães mantiveram as suas filhas grávidas a viver com elas em vez de as enviarem para viver com o pai do bebê, para que a filha possa voltar à escola, dão alguma indicação de que a perceção sobre o valor da educação das raparigas pode estar a mudar. Quando os detentores do poder dentro da comunidade são agentes positivos de mudança, podem ter uma influência significativa na mudança das normas e nas atitudes dos outros. Os grupos de jovens também têm conseguido que os líderes religiosos adotem a sua mensagem e deem exemplos positivos de educação das raparigas e de igualdade de gênero (Branksy et al., 2017; Castillejo et al., 2021).

17 “Desvio positivo” descreve comportamentos que se desviam das normas dominantes, mas que são positivos na sua intenção ou efeito (van de Fliert e Herington, 2018; Mertens et al., 2016). Por exemplo, numa sociedade em que a violência contra as mulheres é altamente prevalente e normalizada, as motivações e características dos homens não violentos são fatores que podem estar associados ao “desvio positivo” (Jejeebhoy, 2013).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este documento de política examina os dados comprovados existentes sobre normas sociais e educação das raparigas em oito países parceiros da GCI, centrado em práticas nocivas (incluindo o casamento infantil e a mutilação genital feminina), gravidez precoce, violência baseada no género na escola e trabalho infantil. Aqui se confirma que os fatores económicos e socioculturais, para além das estruturas de poder rígidas em matérias de género e a sua influência fora do sistema educativo, desempenham um papel crucial na reprodução das desigualdades de género, práticas nocivas e normas que sustentam barreiras persistentes ao acesso, participação e conclusão do ensino por parte das raparigas.

Os estudos analisados neste documento de política indicam que as normas sociais que regem a educação e os percursos de vida das raparigas são uma influência mais poderosa no comportamento e na tomada de decisões do que o conhecimento ou as atitudes de cada indivíduo. As políticas e os programas que visam o conhecimento e as atitudes individuais podem sobrestimar a autodeterminação das raparigas para orientar as decisões relativas aos seus próprios caminhos de vida e podem não abordar adequadamente os fatores sociais, económicos, infraestruturais e relacionados com conflitos que exacerbam a persistência de normas e práticas nocivas. **A transformação de normas sociais patriarcais e restritivas não é da exclusiva responsabilidade das raparigas e das mulheres.** As figuras de autoridade na vida das raparigas (tais como pais, membros da comunidade, maridos e líderes religiosos e tradicionais) detêm frequentemente o poder de decisão sobre a educação das raparigas. As suas perceções sobre a qualidade e segurança da educação e a sua compatibilidade com os seus valores e crenças são fatores chave de influência e potenciais pontos de entrada para uma maior igualdade de género e educação das raparigas nos países da GCI.

Embora este documento político ofereça um quadro geral das normas sociais e da educação das raparigas nos países da GCI, são evidentes grandes lacunas na pesquisa, em particular no Chade, Mali e Mauritânia. As pesquisas adicionais, específicas de cada contexto, podem ajudar a identificar as formas em que os detentores do poder podem ser envolvidos para desafiar e reconstruir normas sociais que limitam o acesso, a participação e a realização das raparigas na educação. Estas pesquisas devem **centrar-se nos fatores e ambientes favoráveis à transformação das normas sociais e na identificação de 'desvios positivos'** que estejam a forjar um caminho diferente das normas e comportamentos convencionais nas suas comunidades, ajudando a promover a educação das raparigas e a igualdade de género. Isto será fundamental para desenvolver dados concretos sobre "o que funciona" na construção de pontos de entrada para apoiar a mudança de normas, e para saber como abordar e superar a resistência. Isto também requer **uma consideração específica do contexto das realidades pós-coloniais, um foco na promoção de novas normas positivas em vez de críticas ao status quo** e a enfatização dos ganhos positivos que podem ser obtidos através da transformação das normas sociais.

A transformação de normas sociais nocivas que limitam a educação das raparigas e a igualdade de género deve ser um objetivo educacional. Para acelerar o progresso no sentido de uma maior igualdade na educação das raparigas e na realização dos ODS até 2030, é necessária uma maior convergência entre os atores que trabalham na educação formal e não formal, direitos da deficiência, casamento infantil, mutilação genital feminina, gravidez precoce, VBGE, violência doméstica e baseada no género e direitos das mulheres e raparigas. **A educação pode ser um motor de mudança transformativa e é uma oportunidade para formar e apresentar visões e possibilidades alternativas para as raparigas e os rapazes.** Os estudos analisados neste documento indicam que são necessárias intervenções multisectoriais, trabalhando através de modelos socioecológicos, para mudar as relações de poder desiguais e as normas de género. A utilização de um modelo socioecológico ajuda

os decisores políticos e os profissionais a compreender e acompanhar as mudanças nas expectativas sociais dos rapazes e raparigas, nos papéis masculinos e femininos e nos valores, crenças e práticas baseados no género. Para as abordagens transformativas de género serem eficazes, devem estar fundamentadas em análises de género sólidas e na compreensão dos contextos locais (UNFPA et al., 2020).

Este documento de política menciona várias abordagens promissoras para a transformação das normas sociais que merecem ser mais exploradas nos países da GCI, tanto dentro como fora do sistema de educação formal (ver Quadro 1). Continuar a construir uma base de dados concretos é uma prioridade. É necessária uma pesquisa mais específica do contexto, matizada e liderada localmente para informar estratégias e planear intervenções adequadas, transformativas e significativas, em parceria com atores locais e nacionais, para transformar as normas sociais e fazer avançar a igualdade do género na educação e através da educação.

Tabela 1: Abordagens para a transformação das normas sociais e o avanço da educação das raparigas - exemplos de casos de estudo selecionados nos países da GCI.

| Tipo de iniciativa | Exemplo de estudo de caso | País GCI |
|--|--|--------------------|
| Mobilização e ativismo de base comunitária | Projeto de Capacitação da Comunidade - Tostan | Mali Mauritânia |
| | Associação Moçambicana de Mulheres e Educação | Moçambique |
| | Iniciativa Kindle Africa Empowerment | Nigéria |
| Educação e comunicação baseada nos meios de comunicação social | Voices for Change - DFID | Nigéria |
| | Campanha Africa Educates Her – AU/ CIEFFA | Todos |
| Educação não formal e formação profissional | Marriage No Child's Play - Save the Children | Níger |
| Diálogos positivos de masculinidade e comunidade | Iniciativa Thanks to Us, Programa Global para Acabar com o Casamento Infantil UNFPA-UNICEF | Burquina Faso |
| Formação de professores e iniciativa liderada pelos sindicatos de professores | Iniciativa 'Sindicatos da Educação Tomam Medidas', Education International, Gender at Work, UNGEI, Sindicato dos Professores da Serra Leoa | Serra Leoa |
| | Association Pour le Promotion de les Filles et Les Femmes | Burquina Faso |
| Reforço da capacidade, recursos e parcerias entre governo, sociedade civil e juventude | Iniciativa de Prioridade ao Género (GCI) UNGEI, IIEP-UNESCO | Todos |

Com base nas abordagens, nos estudos e nas provas revistas, este documento de política recomenda as seguintes ações:

Institucionalizar a formação em questões de género para todos os professores e pessoal escolar e, na medida do possível, envolver os especialistas nacionais em género para fornecer essa formação. Assegurar que o currículo, livros de texto e materiais de aprendizagem sejam sensíveis às questões de género.

Organizar formação, espaços seguros e iniciativas de apoio de pares que permitam aos professores desafiar e transformar as suas próprias atitudes e crenças sobre questões de género, criar e manter ambientes de aprendizagem sensíveis ao género e desempenhar um papel chave na prevenção e resposta à VBGE.

Investir em práticas de contratação de novos professores que respondam às questões de género, com estratégias específicas para aumentar o número de professoras no ensino primário, secundário e terciário.

Aumentar os investimentos em infraestruturas escolares de qualidade, inclusivas e sensíveis ao género, incluindo no que diz respeito à abordagem das normas de género nocivas que conduzem à desigualdade menstrual, violência baseada no género na escola, e desigualdades interseccionais para os alunos com deficiência.

Ter maior consideração nas políticas, planos e programação de educação das realidades e normas pós-coloniais no que diz respeito à perceção de incompatibilidade da “educação ocidental” com os valores tradicionais.

Estabelecer parcerias com grupos comunitários e de jovens, incluindo rapazes adolescentes e homens, para questionar conceitos de masculinidade prejudiciais e envolver estes grupos como defensores da educação das raparigas e da transformação das normas sociais.

Aumentar o financiamento, recolha de dados e regulamentos em torno da educação não-formal a nível estatal. Isto deve incluir investigação sobre como as instituições religiosas podem estar efetivamente envolvidas na transformação das normas sociais e nos esforços de educação das raparigas.

Fomentar políticas de apoio e ambientes legais para as raparigas grávidas e jovens mães continuarem a sua educação, juntamente com iniciativas a nível escolar e comunitário para combater o estigma e promover uma implementação eficaz.

Formalizar os esforços de transformação das normas sociais no âmbito das políticas, planos e objetivos do sector da educação. As políticas e os planos do sector da educação que respondem às questões de género devem estar ligados e funcionar em conjunto com estratégias e planos para reduzir a gravidez precoce e o casamento infantil.

Integrar sistematicamente dados sobre conhecimentos, atitudes e práticas em torno de normas sociais e de género chave na medição, avaliação, responsabilização e aprendizagem nos planos do sector da educação. Use os dados para informar e implementar estratégias de educação contextualmente relevantes e transformativas do género.

Desenvolver momentos claros no ciclo de planeamento da educação para ouvir, e colaborar com outros ministérios e liderar a coordenação intersectorial para abordar de forma holística as normas sociais prejudiciais que limitam a educação das raparigas.

Reserve lugares em todas as mesas de decisão para jovens ativistas feministas, aliados masculinos, líderes religiosos e tradicionais, professoras e outras figuras comunitárias que tenham demonstrado uma forte defesa e resultados no terreno para a educação das raparigas e igualdade de género na educação.

CAIXA 2: O QUE SE SEGUE?

Em 2022, a UNGEI lançará uma segunda fase de pesquisa sobre os determinantes sociais da educação das raparigas através da Iniciativa do Género no Centro (GCI). Concebida e implementada em parceria com um parceiro de pesquisa na África Ocidental e Central, esta pesquisa participativa de métodos mistos irá proporcionar uma compreensão mais profunda das normas sociais e dos determinantes a vários níveis que influenciam a educação das raparigas e a igualdade de género num contexto de país da GCI. Esta investigação irá complementar a próxima pesquisa do IIEP-UNESCO sobre normas de género, dinâmica de poder e resistência à mudança na gestão e no planeamento da educação a nível ministerial num país da GCI.

Consulte o Boletim Informativo da GCI, Número #2 para mais informações sobre as próximas pesquisas e atividades em 2022.

REFERÊNCIAS

- 28 Too Many (2019) A MGF no Chade: Relatório Breve.
[www.28toomany.org/static/media/uploads/Country_Research_and_Resources/Chad/chad_short_report_v1_\(november_2019\).pdf](http://www.28toomany.org/static/media/uploads/Country_Research_and_Resources/Chad/chad_short_report_v1_(november_2019).pdf)
- ADEA, AU/CIEFFA e APHRC (2021) O Bem-estar das Crianças em Idade Escolar em África durante a Pandemia da Covid-19. Abidjan, Ouagadougou, Nairobi: ADEA, AU/CIEFFA, APHRC.
www.adeanet.org/sites/default/files/school_children_well-being_kix_observatory.pdf
- Afolayan, E. G. (2021) A educação não-formal como instrumento para capacitar raparigas e mulheres num contexto religioso conservador: O caso do norte da Nigéria. Universidade de Murdoch.
<https://researchrepository.murdoch.edu.au/id/eprint/61791/>
- Banco Africano de Desenvolvimento e Comissão Económica das Nações Unidas para África (2020) Relatório do Índice de Género de África de 2019: O que o Índice de Género de África de 2019 nos diz sobre a igualdade de género e como pode ser alcançada. Abidjan, Costa do Marfim: Banco Africano de Desenvolvimento.
www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/africa_gender_index_report_2019_-_analytical_report.pdf
- União Africana (2015) Agenda 2063: A África que queremos
https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf
- União Africana (2016) Estratégia Continental de Educação para África (CESA) 2016-2025.
https://au.int/sites/default/files/documents/29958-doc-cesa_-_english-v9.pdf
- União Africana (2018) Estratégia da UA para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres 2018 - 2028
https://au.int/sites/default/files/documents/36817-doc-52569_au_report_eng_print.pdf
- União Africana (2021a) Chegar a Zero Mutilação Genital Feminina em África: Reforçar os Direitos Humanos, Acelerar os Esforços e Galvanizar a Responsabilidade. Resumo da Política.
https://drive.google.com/file/d/1JesLopDe-Kmx-ik3Qwz_-fcTlbVtrpja/view
- União Africana (2021b) Apelo à Ação e Compromisso de Niamey sobre a Eliminação de Práticas Nocivas
https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/41067-wd-Niamey_Call_to_Action_and_Commitment_on_Eliminating_Harmful_Practices.pdf
- União Africana/CIEFFA (2021) Relatório de implementação do Plano Estratégico 2018-20. African Union International Center for Girls' and Women's Education in Africa.
<https://cieffa.au.int/en/documents/2021-09-03/implementationreportof-hestrategicplan18-20>
- Afzal, M. (2020) Do "A educação ocidental é proibida" ao Grupo Terrorista Mais Letal do Mundo: Educação e Boko Haram na Nigéria. Brookings.
www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/04/FP_20200507_nigeria_boko_haram_afzal.pdf
- Ahinkorah, B.O., Hagan, J.E., Ameyaw, E.K. et al. Determinantes socioeconómicos e demográficos da mutilação genital feminina na África Subsaariana: análise de dados de inquéritos demográficos e sanitários. *Reprod Health* 17, 162 (2020). <https://doi.org/10.1186/s12978-020-01015-5>
- Akseer, S., Jativa, X (2021) Hora de Ensinar: Taxa de comparência dos professores e tempos de trabalho nas escolas primárias. Nigéria Centro de Pesquisa Innocenti do UNICEF. www.unicef-irc.org/publications/pdf/Time-to-Teach-Teacher-attendance-and-time-on-task-in-primary-schools-in-Nigeria.pdf
- Alexander-Scott, M., Bell, E., e Holden, J. (2016) Mudança nas normas sociais para combater a violência contra as mulheres e as raparigas (VAWG). Nota de Orientação do DFID. Londres: Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/507845/Shifting-Social-Norms-tackle-Violence-against-Women-Girls3.pdf
- Amili e Di Paolo (2019) Aprender sobre a mudança de normas na educação das raparigas em contextos de baixos e médios rendimentos: Lições do Fundo do Desafio da Educação das Meninas (GEC). ALiGN.
www.alignplatform.org/sites/default/files/2019-03/gec_policy_feb_2019_es.pdf

Amnistia Internacional (2021) Nigéria: Sete anos desde Chibok, o governo não protege as crianças. www.amnesty.org/en/latest/news/2021/04/nigeria-seven-years-since-chibok-the-government-fails-to-protect-children/

Bal, S., Baro, M., O'Sullivan, N. (2015) Women's Access to Land in Mauritania: Um Estudo de Caso em Preparação para o COP. Washington DC: Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/22938>

Bandiera, O., Buehren, N., Goldstein, M., Rasul, I., Smurra, A. (2020) O encerramento de escolas durante uma epidemia tem efeitos persistentes? Dados da Serra Leoa na altura do Ébola. Laboratório de Ação contra a Pobreza. www.povertyactionlab.org/sites/default/files/research-paper/working-paper_720_School-Closures-During-Epidemic_Sierra-Leone_July2020.pdf

Bransky, R., Enoch, J., e Long, C. (2017) Casamento Infantil na Serra Leoa e Guiné: raízes culturais e soluções centradas na rapariga. Freetown: Purposeful Productions.

Brookings (2022). O que sabemos sobre os efeitos da Covid-19 no regresso das raparigas à escola? <https://www.brookings.edu/blog/education-plus-development/2021/09/22/what-do-we-know-about-the-effects-of-covid-19-on-girls-return-to-school/>

Brossard, M., e Bergmann, J. (2022) Mais mulheres na liderança escolar melhoram os resultados de aprendizagem? <https://blogs.unicef.org/evidence-for-action/can-more-women-in-learning-leadership-improve-education-outcomes/>

Butt (2020) Comunidades mudam as normas sociais para acabar com a mutilação genital feminina na África Ocidental. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/communities-changing-social-norms-to-end-female-genital-cutting-in-west-africa-621088/>

Cartner, H. (2018) "I Will Never Go Back to School". O Impacto dos Ataques na Educação das Mulheres e Meninas Nigerianas. Global Coalition to Prevent Education from Attack. http://protectingeducation.org/wp-content/uploads/documents/documents_attacks_on_nigerian_women_and_girls.pdf

Castillejo, C., Buell, S., Bash-Taqi, R., Denney, L., Fraser, T., Kamara, M., Komora, H., (2021) Normas sociais e o problema da gravidez na adolescência na Serra Leoa: aprendendo com um projecto de investigação de ativa do SLRC (Secure Livelihoods Research Consortium). Nota informativa. Secure Livelihoods Research Consortium. <https://securelivelihoods.org/wp-content/uploads/SLRC-SierraLeone-SocialNormsTeenagePregnancy-BN-Apr21-Proof05.pdf>

Cetorelli, V., Wilson, B., Batyra, E., e Coast, E. (2020) Mutilação / Corte Genital Feminino no Mali e na Mauritânia: Compreender as Tendências e Políticas de Avaliação. Estudos sobre Planeamento Familiar, 51(1): 51-69.

Célula de Planificação e de Estatística (CPS/SSDSPF), Instituto Nacional da Estatística (INSTAT/MPATP), INFO-STAT e ICF Internacional, 2014. Inquérito Demográfico e Saniário no Mali 2012-2013. Rockville, Maryland, EUA: CPS, INSTAT, INFO-STAT e ICF Internacional. <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR286/FR286.pdf>

Chukwu, O (2021) Os Novos Perigos à Educação das Raparigas no Norte da Nigéria. INEE <https://inee.org/blog/new-dangers-girls-education-northern-nigeria>

Cislaghi (2019) O potencial de uma abordagem liderada pela comunidade para mudar normas de género prejudiciais em países de baixo e médio rendimento. ALIGN. www.alignplatform.org/sites/default/files/2019-01/community_led_approach_report.pdf

Coinco/UNICEF (2008) 'As crianças fora da escola na Serra Leoa,' Freetown: UNICEF.

Diawara, A. T., Compaore, M., De Cecco, L., e Rouamba, O. K.-Z. (2013) Estudo sobre Gravidez Indesejada e Casos de Desmaios de Meninas nas Escolas. Burquina Faso.

Denney, L., e Gordon, R. (2016) Como reduzir a gravidez na adolescência na Serra Leoa. Resumo 18, Secure Livelihoods Research Consortium. https://securelivelihoods.org/wp-content/uploads/BP18_How-to-reduce-teenage-pregnancy-in-Sierra-Leone.pdf

Denney, L. Gordon, R., e Ibrahim, A. (2015) Gravidez na adolescência depois do Ébola na Serra Leoa: Mapeamento de respostas, lacunas e desafios contínuos. ODI Documento de Trabalho 39, Investigação dos meios de subsistência e serviços afetados pelo conflito. Londres: Instituto de Desenvolvimento Ultramarino (ODI). https://securelivelihoods.org/wp-content/uploads/Teenage-Pregnancies-after-Ebola-in-SierraLeone_-Mapping-responses-gaps-and-ongoing-challenges.pdf

Denney, L., Gordon, R., Kamara, A., Lebby, P. (2016) Mudar o contexto, não as raparigas: Melhorar os esforços para reduzir a gravidez na adolescência na Serra Leoa. Pesquisar os meios de subsistência e serviços afetados pelo conflito. Relatório 11, Secure Livelihoods Research Consortium. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/RR11_Change%20the%20context%20not%20the%20girls_Improving%20efforts%20to%20reduce%20teenage%20pregnancy%20in%20Sierra%20Leone.pdf

Desai, P. (2017) Artigo da Voices for Change: Usar o marketing social para mudar as normas discriminatórias de género. Voices 4 Change. www.sddirect.org.uk/media/1922/1624-v4c-lp-social-marketing-web.pdf

FHI 360 e UNICEF (2017) «Qual é o efeito das Professoras Mulheres na Matricula e Retenção das Raparigas no Norte da Nigéria? Um estudo de investigação de métodos mistos,' UNICEF/Nigéria Girls' Education Programme, Fase 3, Relatório Final da Pesquisa, FHI 360, UNICEF Nigeria e UK Aid.

Gathara, D., e Karumbi, J. 2020. "Associações entre a Mutilação Genital Feminina/Corte e o Casamento precoce/ infantil: Uma Análise DHS/MICS Multi-país" Dados para Acabar com a MGF/E: Pesquisa para ajudar as mulheres a prosperar. Nova Iorque: Population Council.

Desafio da Educação das Raparigas (2021) Resumo do País: Moçambique: https://girlseducationchallenge.org/media/yw4n3s5n/gec_country_briefing_mozambique_march-21_final.pdf

Girls not Brides (n.d.) Atlas: Burquina Faso
<https://atlas.girlsnotbrides.org/map/burkina-faso>

Girls not Brides (n.d.) Atlas: Chade
<https://atlas.girlsnotbrides.org/map/chad>

Girls not Brides (n.d.) Atlas: Mali
<https://atlas.girlsnotbrides.org/map/mali>

Girls not Brides (n.d.) Atlas: Mauritânia
<https://atlas.girlsnotbrides.org/map/mauritania/>

Girls not Brides (n.d.) Atlas: Moçambique
<https://atlas.girlsnotbrides.org/map/mozambique>

Girls not Brides (n.d.) Atlas: Níger
<https://atlas.girlsnotbrides.org/map/niger>

Girls not Brides (n.d.) Atlas: Nigéria
<https://atlas.girlsnotbrides.org/map/nigeria>

Girls not Brides (n.d.) Atlas: Serra Leoa
<https://atlas.girlsnotbrides.org/map/sierra-leone>

Parceria Global para a Educação (2018) Deficiência e Educação Inclusiva: Um levantamento dos Planos do Sector da Educação e Subsídios Financiados pela PGE.
www.globalpartnership.org/sites/default/files/2018-07-gpe-disability-working-paper.pdf

Coulds, S. (2020) Raparigas adolescentes em crise: Vozes do Sahel. Woking: Plano Internacional. Acedido em 08/12/2021. <https://plan-international.org/publications/adolescent-girls-crisis-sahel#download-options>

Gordon, R., Marston, L., Rose, P., e Zubairi, A. (2019) 12 Anos de Educação de Qualidade para Todas as Raparigas: Uma Perspectiva da Commonwealth. Centro REAL. Universidade de Cambridge. Acedido em 08/12/2021. www.ungei.org/publication/12-years-quality-education-all-girls-commonwealth-perspective

Greany, K. (2008) Retórica versus realidade: explorar uma abordagem baseada em direitos na educação das raparigas nas zonas rurais do Níger. Comparação: A Journal of Comparative and International Education, 38(5): 555-568.

Hartman-Mahmud, L. (2011) Trabalhar o painço durante o horário escolar: Obstáculos à educação formal das raparigas no Níger. European Journal of Development Research, 23(3): 354– 370.

Heise, L., e Manji, K. (2016) "Normas sociais" GSDRC Pacote de Leitura de Desenvolvimento Profissional nº. 31. Birmingham, Reino Unido: Universidade de Birmingham. https://assets.publishing.service.gov.uk/media/597f335640f0b61e48000023/Social-Norms_RP.pdf

Herington, M. J., van de Fliert, E. (2018) Desvio Positivo na Teoria e na Prática: Uma Revisão Concetual, *Comportamento desviante*, 39:5, 664-678. www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01639625.2017.1286194?scroll=top&needAccess=true

Humanidade e Inclusão (2021) Educação, Rapariga, Deficiência: uma equação a resolver. Ficha de informação. https://blog.hi.org/wp-content/uploads/2021/02/factsheet_2021-GirlsInEducation-EN-review-AB.pdf

Human Rights Watch (2018) Não deixar nenhuma rapariga para trás em África: Discriminação na Educação contra Raparigas Grávidas e Mães Adolescentes. EUA. www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/au0618_web.pdf

Human Rights Watch (2020) "A sua guerra contra a educação:" Ataques de Grupos Armados a Professores, Estudantes e Escolas no Burquina Faso. EUA. www.hrw.org/sites/default/files/media_2020/05/BurkinaFaso0520_web.pdf

Human Rights Watch (2021) África: Progresso dos Direitos das Estudantes Grávidas. Notícias. www.hrw.org/news/2021/09/29/africa-rights-progress-pregnant-students

Human Rights Watch (2021a) Líderes Africanos encontram-se no Níger para apoiar os direitos das raparigas. Notícias. www.hrw.org/news/2021/11/15/african-leaders-meet-niger-support-girls-rights

Human Rights Watch (2022) Nigéria: O Casamento Infantil viola os Direitos das Meninas. Notícias. <https://www.hrw.org/news/2022/01/17/nigeria-child-marriage-violates-girls-rights>

IIEP-UNESCO Dacar e UNICEF (2020) Análise do Sector da Educação da República da Serra Leoa: Avaliar o ambiente propício para a igualdade de género. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375434/PDF/375434eng.pdf.multi>

Instituto Nacional da Estatística e da Demografia (INSD) e ICF International (2012) Inquérito Demográfico e Sanitário de Indicadores Múltiplos de 2012 na Nigéria. Calverton, Maryland, EUA. <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR256/FR256.pdf>

Instituto Nacional da Estatística e da Demografia (INSD) e ICF International (2012) Inquérito Demográfico e Sanitário de Indicadores Múltiplos de 2010 no Burquina Faso. Calverton, Maryland, EUA. www.dhsprogram.com/pubs/pdf/FR277/FR277.pdf

Instituto Nacional de Estatística, Estudos Económicos e Demográficos (INSEED), Ministério da Saúde Pública (MSP) e ICF International (2014-2015) Inquérito Demográfico e Sanitário de Indicadores Múltiplos (2014-2015). Rockville, Maryland, EUA. <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR317/FR317.pdf>

Instituto Nacional da Estatística (INSTAT), Célula de Planificação e de Estatística do Sector da Saúde, Desenvolvimento Social e Promoção da Família (CPS/SS-DS-PF) et ICF (2019) Inquérito Demográfico e Sanitário no Mali 2018. Bamako, Mali e Rockville, Maryland. <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR358/FR358.pdf>

Organização Internacional do Trabalho e UNICEF (2021) Trabalho Infantil: Estimativa Global 2020, Tendências e o Caminho a Seguir. <https://childhub.org/sites/default/files/library/attachments/Child-Labour-Executive-Summary-EN.pdf>

Izama, M. P. (2014) Educação Muçulmana em África: Tendências e Atitudes em relação às Escolas Baseadas na Fé. *Análise da Fé e Assuntos Internacionais*, 12(2), 38-50 <https://doi.org/10.1080/15570274.2014.918749>

Jejeebhoy, S. J., Santhya, K. G., e Sabarwal, S. (2013) Violência baseada no género: Uma exploração qualitativa de normas, experiências e desvios positivos. Relatório técnico. Nova Deli: Population Council. https://knowledgecommons.popcouncil.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1150&context=departments_sbsr-rh

Kainuwa, A., e Mohammad Yusuf, N.B. (2013) Práticas e Tradições Culturais dos Pais enquanto Barreiras à Educação das Raparigas e das Meninas no Estado de Zamfara na Nigéria. *International Journal of Scientific and Research Publications*, 3(11), 1-8.

Kazianga, H. (2012) Risco de rendimento e decisões sobre a escolarização do agregado familiar no Burquina Faso. *Série de Trabalhos de Economia da Universidade Estatal de Oklahoma*. Stillwater: Universidade Estatal de Oklahoma. *Desenvolvimento Global*, 2012, vol. 40, número 8, 1647-1662 https://econpapers.repec.org/article/eeewdevel/v_3a40_3ay_3a2012_3ai_3a8_3ap_3a1647-1662.htm

KIX Observatory (2021) Resumo da Política de Reabertura das Escolas em África durante a Pandemia de Covid-19. Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) e Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB). www.adeanet.org/sites/default/files/publications/policy_brief_kix_observatory_school_reopening.pdf

Observatório KIX (2022) Resumo da Política de Formação e Apoio aos Professores em África durante a pandemia de Covid-19. Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) e Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB). www.adeanet.org/sites/default/files/publications/policy_brief_teacher_training_and_support.pdf

Kwauk, C., Braga, A., Kim, H., Dupuy, K., Bezu, S., Knudsen, A. (2018) Programação de competências não formais para a vida de raparigas. Implicações para a política e prática. Centro de Educação Universal, Brookings. www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/06/Non-formal-girls-life-skills-programming_letter.pdf

Lee, J., Kim, H., Rhee, D. (2021) Sem trabalho infantil inofensivo: O efeito do trabalho infantil no desempenho académico na África Ocidental e Central francófona. *International Journal of Educational Development*. 80. 102308. [10.1016/j.ijedudev.2020.102308](https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2020.102308).

Lee, J., Rhee, D., Rudolf, R. (2019) Género dos Professores, Género dos Estudantes e Conclusão da Escola Primária: Dados de Dez Países Africanos Francófonos, *The Journal of Development Studies*, 55:4, 661-679.

Fundo Malala (n.d.) Nigéria. <https://malala.org/countries/nigeria>

Marcus, R. e Harper, C. (2015) Normas sociais, normas de género e raparigas adolescentes: um guia breve. Londres: Instituto de Desenvolvimento Ultramarino. <https://cdn.odi.org/media/documents/9818.pdf>

Marcus, R., Gupta-Archer, N., Darcy, M. e Page, E. (2017) Análise Rigorosa GAGE: Clubes de raparigas, programas de competências para a vida e resultados do bem-estar das raparigas. Londres: Género e Adolescência: Evidência Global. www.gage.odi.org/publication/rigorous-review-girls-clubs-life-skills-programmes/

Melnikas, A.J., Saul, G., Singh, S., Mkandawire, J., Gueye, M., Diarra, A., Amin, S. (2019) Aliança More than Brides: Relatório Intermédio de Avaliação. Nova Iorque: Population Council.

https://knowledgecommons.popcouncil.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1469&context=departments_sbsr-pgy

Mertens, W., Recker, J., Kohlborn, T., Kummer, T.F (2016) Um Quadro para o Estudo do Desvio Positivo nas Organizações, *Comportamento desviante*, Volume 37, 2016 - Edição 11, 1288-1307. www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01639625.2016.1174519?scroll=top&needAccess=true

Ministério da Saúde- MISAU, Instituto Nacional de Estatística - INE, e ICF (2018) Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e HIV/SIDA em Moçambique - IMASIDA, 2015. Maputo, Moçambique. <https://dhsprogram.com/publications/publication-ais12-ais-final-reports.cfm>

Misunas, C., Erulkar, A., Apicella, L., Ngô, T., Psaki, S. (2021) O que Influencia a Idade das Raparigas no Casamento no Burquina Faso e na Tanzânia? Explorando a Contribuição de Fatores de Nível Individual, Doméstico e Comunitário. *Journal of Adolescent Health* 69 (2021) S46-S56. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2021.09.015>

Mizunoya, S., S. Mitra e I. Yamasaki (2016) Para uma Educação Inclusiva: O impacto da deficiência na frequência escolar nos países em desenvolvimento, Documento de Trabalho Innocenti nº 2016-03, Centro de Pesquisa do UNICEF, Florença. www.unicef-irc.org/publications/pdf/IWP3_-_Towards_Inclusive_Education.pdf

Mocan, N.H., e Cannonier, C. (2012) Capacitar as mulheres através da educação: Dados concretos da Serra Leoa. Documento de trabalho 18016. www.nber.org/papers/w18016. Cambridge, MA: Gabinete Nacional de Investigação Económica.

Gabinete Nacional de Estatística (Mauritânia), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2015) Inquérito de Indicadores Múltiplos da Mauritânia de 2011. Nova Iorque: UNICEF.

Comissão Nacional da População (NPC) [Nigéria] e ICF (2019) Inquérito Demográfico e Sanitário na Nigéria, 2018. Abuja, Nigéria, e Rockville, Maryland, EUA. <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR359/FR359.pdf>

OCDE (2018) Instituições Sociais e Índice de Género no Burquina Faso (Burquina Faso - SIGI). OCDE

Development Centre. www.genderindex.org/wp-content/uploads/2018/01/BurkinaFasoSIGI-20x20-EN-web.pdf

Ogakwu, V. N. (2007) Barreiras Culturais à Igualdade de género na Nigéria: Um Obstáculo para Alcançar a Educação para Todos. *Multidisciplinary Journal of Academic Excellence*, 6(1), 11-21. Acedido em 08/12/2021.

Parkes, J. e Heslop, J. (2013) Parar a violência contra as raparigas nas escolas: Uma análise da mudança entre países Gana, Quênia e Moçambique. ActionAid Internacional.
https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10023454/1/svags_review_final.pdf

Parkes, J., J. Heslop, F. Johnson Ross, R. Westerveld e E. Unterhalter (2016) A Rigorous Review of Global Research Evidence on Policy and Practice on School-Related Gender-Based Violence. Nova Iorque, UNICEF.
www.unicef.org/media/66546/file/SRGBV-review.pdf

Pearce, C., Fourmy, S., e Kovach, H. (2009) *Levar a Educação para Todos no Mali*. Relatório de Pesquisa da Oxfam. Londres.

Pereznieta, P., Fyles, N., Magee, A. (2017) Mitigar as ameaças à educação das raparigas em contextos afetados por conflitos: prática corrente. Revisão dos dados apresentados. Nova Iorque: UNGEI.
www.ungei.org/publication/mitigating-threats-girls-education-conflict-affected-contexts-current-practice

Perlman, D., Adamu, F. e Wodon, Q. (2018) Porque as raparigas adolescentes abandonam a escola no Níger? Uma análise quantitativa e qualitativa combinada. *Marché et organisations*, 2(32): 179-194.

Reilly, A. (2014) As experiências de violência das adolescentes na escola na Serra Leoa e os desafios para uma mudança sustentável, *Género & Desenvolvimento*, 22:1, 13-29
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13552074.2014.902239>

Roby, J.L., Lambert, M.J. e Lambert, J. (2009) Barreiras à educação das raparigas em Moçambique a nível doméstico e comunitário: um estudo exploratório. *International Journal of Social Welfare*, 18: 342– 353.

Rodway, F. (2021) Revisão Independente do Programa GRESP: Relatório Final. Nova Iorque: UNGEI.

Rothe, D. (2015) *Ébola: para além da emergência sanitária*. Resumo da investigação sobre as consequências do surto de Ébola para as crianças e comunidades na Libéria e na Serra Leoa. Plan International.
<https://plan-international.org/publications/ebola-beyond-health%2%A0emergency#download-options>

Riley, A.H. (2017) *Novas direções para o entretenimento-educação: Resultados de um estudo de métodos mistos que investiga o papel da persuasão narrativa e das normas sociais de um programa de rádio ou de uma mudança individual e social em Moçambique*. Dissertação de Doutoramento da Universidade Drexel.

Samandari, G., Grant, C., Brent, L. et al. (2019) “É uma coisa que depende de Deus.” Barreiras ao adiamento do nascimento do primeiro filho e à procura de futuros alternativos entre as raparigas adolescentes recém-casadas no Níger. *Saúde Reprodutiva* 16, 109. <https://doi.org/10.1186/s12978-019-0757-y>

Saul G, Diarra A, Melnikas AJ, Amin S. (2020) Voz sem escolha? Investigar a Autodeterminação de Raparigas Adolescentes no Processo de Decisão Marital no Níger. *Progresso nos Estudos de Desenvolvimento*, 20(4):270-281.

Save the Children Nigeria (2021) *Relatório do Estado das Raparigas da Nigéria: Um Diagnóstico Incisivo do Casamento Infantil na Nigéria*.
https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/state_of_the_nigerian_girl_report_save_the_children.pdf

Shakya et al. (2020) Análise espacial das características sociodemográficas a nível individual e de aldeia associadas à idade matrimonial entre adolescentes casados na zona rural do Níger. *BMC Public Health*. 20: 729.
<https://link.springer.com/content/pdf/10.1186/s12889-020-08759-6.pdf>

Sightsavers (2021) Promover a educação inclusiva para raparigas e rapazes com deficiência na África Ocidental e Central. Resumo da política. <https://research.sightsavers.org/wp-content/uploads/sites/8/2021/01/Policy-Brief-EN-Inclusive-Ed-in-West-and-Central-Africa.pdf>

Spear, A. M. (2019) Professores como agentes de mudança? Avaliar as perceções e respostas dos professores à violência sexual baseada no género nas escolas do Burquina Faso. *FIRE: Forum for International Research in Education*, Vol. 5, Número 2. pp. 195-213. Acedido em 08/12/2021. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1233679.pdf>

Spotlight Initiative (2021) Os líderes comunitários tornam-se aliados no fim do casamento infantil em Moçambique. Notícias.
<https://spotlightinitiative.org/news/community-leaders-become-allies-ending-child-marriage-mozambique>

Statistics Sierra Leone (2018) Sierra Leone Multiple Indicator Cluster Survey 2017, Survey Findings Report. Freetown. www.statistics.sl/images/StatisticsSL/Documents/sierra_leone_mics6_2017_report.pdf

Steiner, J. J. e Spear, A. M. (2020) IDS Bulletin, Vol. 51, No. 2. Instituto de Estudos de Desenvolvimento. Acedido em 08/12/2021. <https://bulletin.ids.ac.uk/index.php/idsbo/article/view/3102/3103>

Taimo (2015) Manter as raparigas na escola: Reforço da capacidade da associação de mulheres e educação em Moçambique. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/keeping-girls-in-school-building-the-capacity-of-the-women-and-education-associ-560597/>

Trinies, V., Caruso, B., Sogore, A., Toubkiss, J., Freeman, M. (2015) Descobrimos os desafios à gestão da higiene menstrual nas escolas do Mali. Waterlines, 34: 31-40.

Turner, F., Taylor, G., Outhred, R. (2020) GPE 2020 Avaliações Prospetivas a Nível do País.. Primeiro Relatório Anual: Mali. Universalia. www.globalpartnership.org/sites/default/files/document/file/2020-04-country-level-prospective-evaluations-mali.pdf

PNUD (2020) 2020 Perspetivas de Desenvolvimento Humano: Enfrentar as Normas Sociais: Uma mudança de jogo para as desigualdades de género. Nova Iorque. http://hdr.undp.org/sites/default/files/hd_perspectives_gsni.pdf

UNESCO (2020) Relatório de Monitorização Global da Educação - Relatório de Género: Uma nova geração: 25 anos de esforços para a igualdade de género na educação. Paris. <https://en.unesco.org/gem-report/2020genderreport>

UNESCO (2021) Quando as escolas fecham: impactos de género do encerramento de escolas da Covid-19. Paris. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379270>

UNESCO e UN Women (2016) Orientações Globais para abordar a Violência Baseada no Género na Escola. www.unicef.org/media/66506/file/Global-Guidance-SRGBV.pdf

UNFPA (n.d.) Mauritânia - Painel de Mutilação Genital Feminina. www.unfpa.org/data/fgm/MR

UNFPA (2017) Revisão das Políticas, Estratégias e Leis para Adolescentes e Jovens em Países Seleccionados na África Ocidental. Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) Escritório Regional da África Ocidental e Central: Dacar, Senegal. https://wcaro.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/UNFPA_WAfrica_Youth_ENG_20170726%20%281%29_0.pdf

UNFPA (2020) Impacto da Pandemia da Covid-19 no Planeamento Familiar e no Fim da Violência Baseada no Género, Mutilação Genital Feminina e Casamento Infantil. www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/COVID-19_impact_brief_for_UNFPA_24_April_2020_1.pdf

UNFPA, UNICEF e UN Women (2020) Nota Técnica sobre Abordagens Transformativas de Género no Programa Global para Acabar com o Casamento Infantil, Fase II: Um Resumo para Praticantes. www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/Technical_Note_on_Gender-Transformative_Approaches_in_the_GPECM_Phase_II_A_Summary_for_Practitioners-January-2020.pdf

UNGEI, Education International, Gender at Work, Global Affairs Canada (2018) iniciativa 'Sindicatos da Educação Tomam Medidas para Acabar com a Violência Baseada no Género na Escola' www.ungei.org/publication/education-unions-take-action-end-school-related-gender-based-violence

UNGEI (2021) Iniciativa de Prioridade ao Género (GCI) Boletim Informativo, nº1. www.ungei.org/sites/default/files/2021-08/GCI-Newsletter-Issue-1-2021-eng.pdf

UNGEI (2021a) Gender at the Centre Initiative (GCI) Nota Informativa. [www.ungei.org/sites/default/files/2021-07/GCI_Briefing_Note_ENGLISH_V5\(1\).pdf](http://www.ungei.org/sites/default/files/2021-07/GCI_Briefing_Note_ENGLISH_V5(1).pdf)

UNGEI (2022) Gender at the Centre Initiative (GCI) Boletim Informativo, nº 2 www.ungei.org/publication/gci-newsletter-issue-2-english

UNICEF (2019) Educação sob ameaça na África Ocidental e Central. Child Alert, UNICEF. www.unicef.org/child-alert/education-threat-west-central-africa

UNICEF (2019a) Chade: Abordar os preconceitos contra a educação das raparigas. <https://blogs.unicef.org/blog/chad-addressing-prejudices-girls-education/>

UNICEF (2019b) Relatório sobre a Situação Humanitária em Moçambique, 15 de maio de 2019. www.unicef.org/media/75226/file/Mozambique-SitRep-Cyclone-Idai-Kenneth-15-May-2019.pdf

UNICEF (2020a) Raparigas Adolescentes na África Ocidental e Central Resumo dos dados. Nova Iorque. www.unicef.org/wca/media/3861/file/Adolescents-girls-in-West-and-Central-Africa.pdf

UNICEF (2020b) Casamento Infantil no Sahel. Nova Iorque. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Child-marriage-in-the-Sahel-brochure-English_2020.pdf

UNICEF (2020c) Relatório sobre a Situação Humanitária no Níger N.º12. Nova Iorque. <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Niger%20Humanitarian%20Situation%20Report%20December%202020.pdf>

UNICEF (n.d.) Situação da adolescência e normas sociais em Moçambique. www.unicef.org/mozambique/en/adolescent-social-norms

UNICEF (n.d.) Adolescentes e Normas Sociais no Níger. www.unicef.org/niger/adolescents-and-social-norms

UNICEF (n.d.) Nigéria, Educação. www.unicef.org/nigeria/education

UNICEF e UNFPA (2019) Programa Global para Acabar com o Casamento Infantil, UNFPA-UNICEF. Perfil do país do Burquina Faso. www.unicef.org/media/88801/file/Child-marriage-Burkina-Faso-profile-2019.pdf

UNICEF e UNFPA (2020) Nota Técnica sobre Normas de Género. www.unicef.org/media/65381/file/GP-2020-Technical-Note-Gender-Norms.pdf

UNICEF e UNFPA (2021) Programa Global para Acabar com o Casamento Infantil, UNFPA-UNICEF. Perfil do país do Burquina Faso. www.unicef.org/media/111366/file/Child-marriage-country-profile-Burkina-Faso-2021.pdf

UNICEF (2021a) Reabertura com Resiliência: Lições da aprendizagem à distância durante a Covid-19 na África Ocidental e Central. Nova Iorque: UNICEF. www.unicef-irc.org/publications/pdf/Reopening-with-Resilience-WCA.pdf

UNICEF (2021b) Análise das despesas com a educação na região da África Ocidental e Central. Um Resumo de Políticas para os Ministros da Educação e Finanças. Dacar: Escritório Regional do UNICEF para a África Ocidental e Central. www.unicef.org/wca/media/7131/file/Reimagining-Financing-for-Education-Policy-Brief.pdf

UNICEF Mauritânia (2017) Relatório Final - Mauritânia - Inquérito de Indicadores Múltiplos MICS5 2015 – março de 2017 <https://mics-surveys-prod.s3.amazonaws.com/MICS5/West-and-Central-Africa/Mauritania/2015/Final/Mauritania-2015-MICS-French.pdf>

Dados UNICEF (2021c): Visão Geral da Educação. Taxas de Conclusão, do primeiro ciclo do ensino secundário, Abril de 2021. <https://data.unicef.org/topic/education/overview/>

UNICEF e UNGEI (2021) Nota Técnica sobre Educação Feminina, Empoderamento e a Eliminação da Mutilação Genital Feminina. Nova Iorque: UNICEF. www.ungei.org/publication/girls-education-empowerment-elimination-FGM

UNICEF, UNFPA e UN Women (2020) Nota Técnica sobre Abordagens Transformativas de Género no Programa Global para Acabar com o Casamento Infantil, Fase II: Um Resumo para Profissionais. UNFPA. www.unicef.org/media/58196/file

UNICEF, Plan International e UNGEI (2021) Educação Transformativa de Género: Resumo www.ungei.org/publication/gender-transformative-education

Universal Management Group (2018) Avaliação Sumária do Apoio da PGE à Educação ao Nível do País, Lote 1, País 1: Burquina Faso. Relatório Final. Montreal. www.globalpartnership.org/sites/default/files/2018-11-26-gpe-cle-final-report-burkina-faso.pdf

Universal Management Group (2018) Avaliação Sumária do Apoio da PGE à Educação ao Nível do País Lote 1, País 2: Serra Leoa. Relatório Final. Montreal. www.globalpartnership.org/sites/default/files/document/file/2020-04-summative-evaluation-gpe-country-level-support-education-sierra-leone.pdf

UN OCHA (2020) Resumo da Defesa da Proteção em Contexto de Crise no Burquina Faso. Sub-Cluster de Proteção da Criança do Burquina Faso. www.ecoi.net/en/file/local/2026907/cp_aor_note_de_plaidoyer_en.pdf

ONU OCHA (2021) África Ocidental e Central: Relatório da situação. <https://reports.unocha.org/en/country/west-central-africa/>

UN OCHA (2021a) Relatório da Situação: Moçambique: setembro de 2021. <https://reports.unocha.org/en/country/mozambique/>

UN Women (2020) Women Count Data Hub SDG Dashboard: Burquina Faso. <https://data.unwomen.org/country/burkina-faso>

UN Women (2020) Women Count Data Hub SDG Dashboard: Chade. <https://data.unwomen.org/country/chad>

UN Women and Water Supply and Sanitation Collaborative Collective (2017) Gestão da Higiene Menstrual: A Experiência das Populações Nômadas e Sedentárias no Níger. www.communityledtotalsanitation.org/sites/communityledtotalsanitation.org/files/MHM_Niger.pdf

Van Deijk, R. (2007) Proteger as crianças. Atitudes da comunidade em relação ao abuso sexual de crianças nas zonas rurais de Moçambique. Save the Children UK. <https://resourcecentre.savethechildren.net/document/protecting-children-community-attitudes-child-sexual-abuse-rural-mozambique/>

Vaz, A., Pratley, P., Alkire, S. (2016) Medir a Autonomia da Mulher no Chade Usando o Índice de Autonomia Relativa, *Feminist Economics*, 22:1, 264-294.

Versluys, E. (2019) Normas de género, casamento infantil e educação das raparigas na África Ocidental e Central. Save the Children. www.eenet.org.uk/resources/docs/child_marriage_2019_en.pdf

Voices for Change (2017) Reforçar o ambiente favorável ao empoderamento das mulheres jovens na Nigéria: Realizações e aprendizagens da Voices for Change. www.alignplatform.org/resources/strengthening-enabling-environment-young-womens-empowerment-nigeria-achievements-and

Walker, J. A. (2016) Why Ending Child Marriage Needs to Be an Educational Goal. Brookings. www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/walker_girls_education.pdf

Watson, C., Dnalbaye, E., Nan-guer, B. (2018) Refugiados e comunidades de acolhimento no Chade: dinâmica de inclusão social. Washington, D.C.: Banco Mundial. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/734861563057353544/pdf/Refugee-and-Host-Communities-in-Chad-Dynamics-of-Economic-and-Social-Inclusion-Report-of-Qualitative-Research-Findings.pdf>

Welsh, P., Abba, U., Bishop, K., Enye, C. (2017) Artigo da Voices for Change: "A nossa força não é para magoar" Envolver os homens na igualdade de género. Voices 4 Change. www.sddirect.org.uk/media/1918/1624-v4c-lp-engaging-men-web-1.pdf

Wessells, M., Manyeh, M e Lamin, D. (2014) Resultados preliminares da intervenção comunitária para reduzir a gravidez na adolescência em dois distritos da Serra Leoa: Conclusões das oficinas de trabalho de Revisão Participativa com Crianças e Adultos, Londres: Iniciativa de Aprendizagem Interagências sobre Mecanismos de Proteção da Criança Baseados na Comunidade e Sistemas de Proteção da Criança.

Banco Mundial (2018) Dados do Banco Mundial. Ensino Secundário, professores, mulheres-, Nigéria. <https://data.worldbank.org/indicator/SE.SEC.TCHR.FE?locations=NG>

Programa Alimentar Mundial (2019) Fome Zero: Relatório da Revisão Estratégica Nacional da Fome Zero da República do Chade. www.wfp.org/publications/chad-strategic-review

Yotebieng, K. (2021) O que sabemos (e não sabemos) sobre as normas sociais persistentes que servem de barreiras ao acesso, à participação e à realização das raparigas na educação em oito países da África Subsaariana Nova Iorque: UNGEI. www.ungei.org/sites/default/files/2021-07/Social-Norms-Barriers-Girls-Education-GCI-2021-eng.pdf

ANEXO 1: POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO CONTINENTAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO E EDUCAÇÃO REVISTAS

União Africana (2016) Estratégia Continental de Educação para África (CESA) 2016-2025.

https://au.int/sites/default/files/documents/29958-doc-cesa_-_english-v9.pdf

FAWE: (2018) Estratégia de Igualdade de Género: Estratégia Continental de Educação para África (CESA 2016-2025). https://issuu.com/fawe/docs/gender_equality_strategy_for_the_co

União Africana (2015) Agenda 2063: A África que queremos.

https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf

União Africana (2018) Estratégia da UA para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres 2018-2028.

https://au.int/sites/default/files/documents/36817-doc-52569_au_report_eng_print.pdf

AU/CIEFFA (2021a) Relatório de implementação do Plano Estratégico 2018-20. African Union International Center for Girls' and Women's Education in Africa.

<https://cieffa.au.int/en/documents/2021-09-03/implementationreportof-hestrategicplan18-20>

Quadro de Qualificações Continental Africano <https://acqf.africa/>

Protocolo da União Africana à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (Protocolo de Maputo).

https://au.int/sites/default/files/treaties/37077-treaty-charter_on_rights_of_women_in_africa.pdf

União Africana (2021b) Apelo à Ação e Compromisso de Niamey sobre a Eliminação de Práticas Nocivas.

https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/41067-wd-Niamey_Call_to_Action_and_Commitment_on_Eliminating_Harmful_Practices.pdf

ANEXO 2: PLANOS E POLÍTICAS DE GÉNERO E EDUCAÇÃO REVISTOS - ESTUDOS DE CASO DOS PAÍSES DA GCI

Burquina Faso

Programa do Sector da Educação e da Formação (PSEF), 2012-2021.

<https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2013/programme-sectoriel-de-l%C3%A9ducation-et-de-la-formation-psef-2012-2021-5626>

Plano de Urgência para a educação do Burquina Faso (Plan d'urgence pour l'éducation au Burkina Faso) 2020-2021.

<https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/plan-d%E2%80%99urgence-pour-l%E2%80%99C3%A9ducation-au-burkina-faso-2020-2021-7079>

Plano de resposta MENAPLN para a continuidade educativa no contexto do Covid-19. <https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/plan-de-r%C3%A9ponse-du-menapln-pour-la-continuit%C3%A9-%C3%A9ducative-dans-le-contexte-du-covid-19-6939>

Estratégia Nacional para a Prevenção e Eliminação do Casamento Infantil (2016-2025).

<https://www.girlsnotbrides.org/documents/487/Burkina-Faso-National-Strategy-2016-2025-Nov-2015.pdf>

SNAEF (Estratégia Nacional para Acelerar a Educação das Meninas).

Chade

Plano Interino para a Educação no Chade (PIET) 2018- 2020.

https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/chad_plan_interimaire_de_leducation_2018-2020.pdf

Plano nacional de resposta do sector educativo à epidemia de Covid-19 no Chade (PRNSE C19).

<https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/plan-de-r%C3%A9ponse-nationale-du-secteur-%C3%A9ducation-%C3%A0-l%E2%80%99C3%A9pid%C3%A9mie-de-covid-19-au-tchad-prnse-c19-6997>

Mali

Programa de dez anos para o desenvolvimento da educação e formação profissional, segunda geração (PRODEC II 2019 - 2028).

<https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/programme-d%C3%A9cennal-de-d%C3%A9veloppement-de-l%E2%80%99C3%A9ducation-et-de-la-formation-professionnelle-deuxi%C3%A8me>

Estratégia para combater a pandemia de Covid-9 nas escolas.

<https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/strat%C3%A9gie-de-lutte-contre-la-pand%C3%A9mie-du-covid-19-en-milieu-scolaire-6971>

Mauritânia

Programa Nacional de Desenvolvimento do Sector da Educação (PNDSE II) 2011-2020. <https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2011/programme-national-de-d%C3%A9veloppement-du-secteur-educatif-2011-2020-pndse-ii-plan-daction>

Plano de reação da educação em resposta à pandemia de Covid-19 (2020). <https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/plan-de-riposte-de-l%C3%A9ducation-en-r%C3%A9ponse-%C3%A0-la-pand%C3%A9mie-du-covid-19-7071>

Moçambique

Plano Estratégico da Educação (PEE) 2020-2029.

<https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/plano-estrat%C3%A9gico-da-educa%C3%A7%C3%A3o-2020-2029-anexo-do-plano-estrat%C3%A9gico-da-educa%C3%A7%C3%A3o-2020-2029-plano>

Programa de Educação em Emergência (EeE) 2020-2021. <https://www.globalpartnership.org/sites/default/files/document/file/2020-05-18-COVID-19%20AFF%20Request%20Mozambique.pdf>

Níger

Plano de Transição do Sector da Educação e da Formação (PTSEF) 2020-2022.

<https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/plan-de-transition-du-secteur-de-l%E2%80%99C3%A9ducation-et-de-la-formation-2020-2022-7076>

Nigéria

Educação para a mudança: um plano estratégico ministerial (2018-2022).

https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/nigeria_education_ministerial_plan_2018-2022.pdf

Estratégia Nacional para Acabar com o Casamento Infantil na Nigéria (2016-2021).

https://www.girlsnotbrides.org/documents/633/Strategy-to-end-child-marriage_for-printing_08-03-2017.pdf

Plano de contingência Covid-19 do sector da educação (2020).

<https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/education-sector-covid-19-contingency-plan-6863>

Sector da Educação da Nigéria, Estratégia de Resposta à Covid-19 no Nordeste (2020).

<https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/nigeria-education-sector-covid19-response-strategy-northeast-6998>

Diretrizes para a reabertura de escolas e instalações de aprendizagem após o encerramento da pandemia de Covid-19 (2020). <https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/guidelines-schools-and-learning-facilities-reopening-after-covid-19-pandemic-closures-6982>

Serra Leoa

Plano do Sector da Educação 2018-2020.

<https://www.globalpartnership.org/content/education-sector-plan-2018-2020-sierra-leone>

Política Nacional de Inclusão Radical nas Escolas (2021).

<https://mbsse.gov.sl/wp-content/uploads/2021/04/Radical-Inclusion-Policy.pdf>

Estratégia nacional para a redução da gravidez na adolescência e do casamento infantil (2018-2022).

https://sierraleone.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/National%20Strategy%20for%20the%20reduction%20of%20Adolescent%20Pregnancy_final_Oct%202020.pdf

República da Serra Leoa: Análise do sector da educação: síntese da avaliação do ambiente favorável à igualdade de género.

<http://www.iiep.unesco.org/en/publication/republic-sierra-leone-education-sector-analysis-assessing-enabling-environment-gender>

Covid-19 Plano de Resposta de Emergência em Educação (2020).

<https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2020/covid-19-education-emergency-response-plan-6954>

ANEXO 3: PRINCIPAIS FONTES DE DADOS: ESTUDOS DE CASO DOS PAÍSES DA GCI

Educação e planos, políticas e estratégias relacionadas com o género

IIEP-UNESCO Planipolis: Portal de Planos e Políticas de Educação.
<https://planipolis.iiep.unesco.org/>

Relatórios de Referência para os Estudos por País da GCI
<https://www.ungei.org/feature-collection/gender-centre>

Índice de Género e das Instituições Sociais (SIGI), nível de discriminação de género

O SIGI é um índice multidimensional que reúne tanto a discriminação a nível jurídico, como a discriminação de facto nas instituições sociais através de informação sobre leis, atitudes e práticas. O índice tem quatro subíndices - discriminação dentro da família, integridade física restrita, acesso restrito a recursos produtivos e financeiros e liberdades civis restritas. Os países são classificados em cinco níveis de discriminação de género com base nos valores SIGI - muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

Dados e Idade Mínima Legal para o Casamento

Atlas Girls not Brides (Meninas, não Noivas.)
<https://atlas.girlsnotbrides.org/map/>

Dados e Existência de Políticas e Leis de Proibição da MGF

Painel da UNFPA para a MGF.
<https://www.unfpa.org/data/dashboard/fgm>

Taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário

Dados sobre a Educação do UNICEF - abril de 2021.
<https://data.unicef.org/topic/education/overview/>

Taxa de gravidez precoce

UNESCO GEMR (2020) Relatório de Monitorização da Global Education 2020: Relatório de Género. Uma nova geração: 25 anos de esforços para a igualdade de género na educação. <https://en.unesco.org/gem-report/2020genderreport>

Professoras

UNESCO GEMR (2020) Relatório de Monitorização da Global Education 2020: Relatório de Género. Uma nova geração: 25 anos de esforços para a igualdade de género na educação.
<https://en.unesco.org/gem-report/2020genderreport>

PRIORITÉ À L'ÉGALITÉ
GENDER AT THE [REDACTED]
CENTRE [REDACTED]

Para mais informações, não hesite em entrar em contato com gdiamond@ungei.org.

[Iniciativa de Prioridade ao Género \(UNGEI\)](#)

[Iniciativa de Prioridade ao Género \(IIEP-UNESCO Dakar\)](#)